COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

AS PRIMEIRAS IMAGENS DA AMAZÔNIA

DORINETHE DOS SANTOS BENTES

CULTURA
Edições
Governo do Estado

COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

AS PRIMEIRAS IMAGENS DA AMAZÔNIA

Governador do Amazonas
Eduardo Braga

Vice-Governador do Amazonas
Omar Aziz

Secretário de Estado da Cultura
Robério Braga

Secretária Executiva
Delzinda Barcelos

Chefe de Gabinete
Mimosa Paiva

Assessor de Edições
Antônio Auzier

Associação de Amigos da Cultura
Saul Benchimol – Presidente

Dorinethe dos Santos Bentes

AS PRIMEIRAS IMAGENS DA AMAZÔNIA

COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Diretor do Centro Cultural dos Povos da Amazônia
Antônio Ausier Ramos

Diretora Técnica do Centro Cultural dos Povos da Amazônia
Lauriene Nakai Rodrigues Faraco

Pesquisadores
Aline de Souza Santana
Fernando Rodrigo Sanchez Figueroa
Márcia Cristina da Costa Fernandes
Mileny Andresa da Silva Cruz

Designer Gráfico
Francimar Rodrigues Maciel

Secretária
Janete Albuquerque de Souza

Copyright © 2007
Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura

Coordenação Editorial
Antônio Auzier Ramos

Projeto Gráfico
KintawDesign

Capa
Fred Teixeira

Revisão
Cláudia Adriane Souza

Ficha Catalográfica
Diretoria Gestão da Informação

B475p Bentes, Dorinethe dos Santos.

As primeiras imagens da Amazônia / Dorinethe dos Santos Bentes. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

80 p. (Coleção Cadernos da Amazônia)

1. Amazônia – História. 2. Espedições amazônicas. 3. Região amazônica. I. Título.

CDD 910.9811

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
www.culturamazonas.am.gov.br

A juventude é uma das nossas maiores preocupações. Terá atenção especial com o fomento do esporte, espaços culturais e educacionais que possam assegurar a formação de gerações saudáveis e preparadas a vencer os desafios de um mundo globalizado e competitivo, proporcionando um futuro melhor para as nossas próximas gerações...

Eduardo Braga

Discurso proferido pelo Governador Eduardo Braga na sessão solene de posse em 1.º de janeiro de 2003.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS 9

APRESENTAÇÃO 11

CAPITULO 1 – PRIMEIRAS IMAGENSSOBRE A AMAZÔNIA 13
Expedição de Alonso Mercadillo (1538) 15
Expedição de Gonzalo Pizarro (1541) 21
Continuação da expedição de Gonzalo Pizarro sob o comando de Francisco Orellana 23
Expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre (1560-1561) 37

CAPITULO 2 – UNIÃO IBÉRICA OU DOMÍNIO ESPANHOL (1580-1640) 45
Expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco à foz do rio Amazonas (1616) 46
Expansão portuguesa a partir do século XVII 56
O papel dos missionários no processo de ocupação da região Amazônica 59
Expedição de Pedro Teixeira (1637-1639) 62

REFERÊNCIAS 67

PRIMEIRAS PALAVRAS

Conhecer e reconhecer os primórdios da região que compõe no século 21 a Amazônia Continental, a partir das imagens descritas pelos navegadores e viajantes que há muito adentraram o mundo do El Dorado, deve ser o marco de introdução dos estudos regionais. Por isso, uma das primeiras pesquisas contratadas pelo Centro Cultural dos Povos da Amazônia, que integra a Secretaria de Estado da Cultura, foi o estudo de Dorinethe Bentes, para aproveitarmos a sua formação acadêmica, dedicação profissional e zelo.

Atravessar as viagens de achamento e descoberta, redescoberta e confirmação de território, desde Alonso Mercadillo a Pedro Teixeira, passando por Gonzalo Pizarro, Pedro de Aguirre e Lopo de Ursúa, Francisco Castelo Branco, por si só, representa uma interminável viagem de reconhecimento da região, e, neste caso, com fundamento científico que, em síntese, possibilita aos estudantes e jovens, uma adequada e correta introdução aos estudos amazônicos.

O sugestivo título de *As Primeiras Imagens da Amazônia* bem caracteriza o conteúdo do trabalho que, além de impresso compondo esta coleção de rara importância, está também disponível em meio eletrônico no mundo da internet para que possa ganhar ampla vulgarização.

O que deve ser realçado ainda mais nesta coleção é que se trata de estudos cientificamente preparados, sempre com autoria de abalizados pesquisadores, a demonstrar a

preocupação de desmistificar as matérias relativas à Amazônia Continental, muitas vezes objeto de fantasiosas e falaciosas informações estapafúrdias.

As edições Governo do Estado ficam ainda mais portentosas com a simplicidade e objetividade dos estudos que ora publicamos, permitindo alcançarmos mais um objetivo da política cultural implementada pela administração estadual.

Roberio Braga

APRESENTAÇÃO

Este trabalho faz parte de um conjunto de artigos elaborados para compor a biblioteca virtual do Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

Os textos produzidos devem contemplar informações sobre as organizações dos povos da Amazônia Continental, desde antes da chegada dos europeus, até as problemáticas vivenciadas na atualidade. Nessa perspectiva, a partir de um corte espacial e temporal, foi proposto um objeto de pesquisa que, esperamos, possa dar conta de temáticas tão amplas quanto as que ora estamos empenhados. No entanto, devido à urgência do fornecimento de dados para a referida biblioteca e à escassez de tempo para a produção dos textos, optou-se, de imediato, por publicações restritas ao espaço da Amazônia brasileira para, num segundo momento, serem retomadas as pesquisas e a proposta de produção acerca da Amazônia internacional.

A construção do objeto a ser analisado teve início com um corte espacial, priorizando a Amazônia brasileira e, dentro dela, a ênfase recaiu sobre o Estado do Amazonas. O próximo passo foi delimitar o objeto no tempo. Assim, o corte temporal proposto considera a trajetória da conquista a partir do século XVI, pois foi nesse período que os europeus intensificaram suas investidas de forma mais consistente nas desconhecidas regiões que se estendiam para além da Cordilheira dos Andes.

O primeiro capítulo deste conjunto de textos apresenta a Amazônia através dos olhares dos primeiros cronistas que

por ela passaram, registrando tudo o que viram ou imaginaram ter visto. Como a região amazônica era diferente de tudo o que já tinham encontrado até então, eles usaram seus próprios padrões de valores para descreverem o que estavam vivenciando.

O segundo capítulo também tem como orientação as crônicas feitas pelas expedições portuguesas do início do século XVII. Esse foi o momento em que os portugueses iniciaram efetivamente a conquista da região Amazônica, antes pertencente à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas de 1494. A entrada dos portugueses, rumo ao norte, não foi questionada pela coroa espanhola porque no período de 1580 – 1640 as coroas ibéricas estavam unificadas, abrindo caminho para a coroa portuguesa controlar a vasta região Amazônica. Destacando ainda as estratégias elaboradas pela coroa portuguesa para ampliar e garantir os novos territórios conquistados. Nessa perspectiva, analisam-se as estratégias militares (criação de fortes) e civis (criação de aldeamentos) visando o controle da Amazônia.

CAPÍTULO I

PRIMEIRAS IMAGENS SOBRE A AMAZÔNIA

Não foi apenas a sociedade Inca que floresceu no período pré-colombiano, na região que hoje denominamos Amazônia Internacional ou Pan-Amazônia. Os relatos resultantes das expedições européias realizadas nos séculos XVI e XVII, referem-se a grandes áreas povoadas, principalmente nas regiões de várzea da calha do rio Amazonas.

A primeira expedição européia a navegar todo o rio Amazonas foi comandada por Francisco de Orellana, em 1542, e seu cronista foi o frei Gaspar de Carvajal. Carvajal registrou em suas crônicas a existência de enormes áreas povoadas às margens do grande rio. Segundo seus registros, as regiões habitadas eram incrivelmente extensas. Para se ter uma idéia de suas dimensões, o cronista utilizava léguas ou dias de viagens como unidade de medida para calcular o tamanho dos povoados. Esses relatos, frutos da observação e da imaginação dos cronistas das expedições, revelam-nos uma Amazônia composta por povos de diferentes complexidades sociais e culturais. Por isso, a proposta desse trabalho é seguir tais relatos e, a partir deles, criar um panorama próximo do que era a Amazônia pré-colonial.

Perseguindo esse objetivo, iniciaremos nossa viagem pela Amazônia pré-colonial e colonial (já que utilizaremos relatos do século XVI, que dão conta dos primeiros contatos entre nativos e europeus e relatos do século XVII, quando os contatos se dão a partir de uma anunciação prévia do que um representa para o outro), utilizando primeiramente os relatos

das expedições espanholas que percorreram essa região. Sem esquecer que essa viagem será orientada pelos olhares europeus, sobre a vivência das populações locais.

MAPA 1: Tratado de Tordesilhas – 1494.
FONTE: BETTENCOURT, Gastão de. A Amazônia no Fabulário e na Arte. Lisboa: Dos Institutos de Coimbra e Português de Arqueologia, História e Etnografia. 1946.

Vale a pena lembrar que a área hoje chamada de Amazônia Continental era reconhecida pelas duas coroas ibéricas, senhoras do novo mundo, como pertencendo à Espanha. Isso porque, segundo o Tratado de Tordesilhas, de 07 de junho de 1494, do qual as duas coroas eram signatárias, devia-se considerar o traçado de uma linha imaginária, distante 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, que dividia o continente americano de pólo a pólo, sendo que a parte ocidental do continente pertencia à Espanha e a oriental a Portugal. O mapa 1 demonstra as possessões espanholas e portuguesas segundo o Tratado de Tordesilhas.

Após a descoberta do novo continente, a Espanha começou a empregar esforços para a conquista dos territórios assegurados a ela pelo Tratado de Tordesilhas, dentre eles a Amazônia. Na intenção de conquistar a Amazônia, a Espanha

financiou aproximadamente 22 (vinte e duas) expedições entre os anos de 1499 e 1570. Não é nossa intenção, aqui, ocuparmo-nos de cada uma delas. Daremos preferência às crônicas das expedições que realmente entraram no interior da Amazônia.

EXPEDIÇÃO DE ALONSO MERCADILLO (1538)

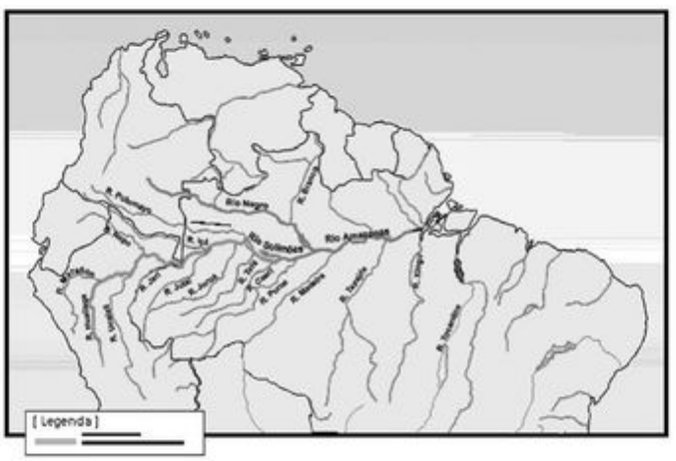
A primeira tentativa de penetrar no interior da atual Amazônia brasileira foi feita pela expedição de Alonso Mercadillo, em 1538, com o objetivo de conquistar as riquezas que se imaginava existir nos territórios dos índios Chupacho e Iscaicinga, nas vertentes orientais dos Andes.

A expedição saiu do Distrito de Huánuco, no Peru, com 185 homens a pé e a cavalo. Entre seus membros encontravam-se ferreiros e carpinteiros para construir barcos adequados às necessidades da viagem. Desse Distrito, a expedição seguiu o curso do rio Huallaga, tendo continuado pelo rio Marañón, até então inexplorado. No baixo curso do rio Huallaga, a expedição encontrou a região de Maina, estendendo-se ao norte e incluindo todo o leque de formadores do Amazonas, compreendido entre o rio Javari e o rio Putumaio-Içá. A essa altura da expedição, Mercadillo enviou alguns espanhóis com guias locais para observarem a região. Os relatos não deixam claro qual o trajeto percorrido por esses espanhóis, nem os resultados de suas observações.

Considerando os objetivos pretendidos, essa expedição foi malsucedida devido às dificuldades da região, tais como, a densidade da floresta, hostilidade dos nativos e as epidemias às quais os membros da expedição ficaram expostos. Tais condições contribuíram para que os homens se recusassem a continuar a expedição rumo à foz do rio Amazonas. Segundo UGARTE, (2004, p. 39).

Alonso de Mercadillo insistia em avançar por territórios desconhecidos e cheios de perigos. Muitos dos expedicionários, não concordando com as diretrizes do comandante, amotinaram-se e o prenderam, não realizando mais a conquista dos índios Chupacho e Iscaicinga, que era o principal objetivo da viagem.

Essas informações sobre o destino dos espanhóis que ficaram observando a região com guias locais ficaram conhecidas de uma maneira bem diferente. Entre os portugueses que retornaram à metrópole junto com Tomé de Souza em 1553 estava Diego Nunes, que informou ao rei, através de carta, que fazia parte da expedição de Alonso de Mercadillo e que a seu comando tinha sido enviado com um destacamento de 25 homens que havia conseguido ultrapassar os rios Hualaga e o Marañón, chegando até o médio Amazonas, em áreas que hoje pertencem ao Brasil (entre Tefé e Coari), como se pode observar no mapa 02.



MAPA 2: Área percorrida pela expedição de Alonso Mercadillo - 1538.
FONTE: BENTES, Dorinethe dos Santos; ROLIM, Amarildo Rodrigues. História do Amazonas. São Paulo: Moderna LTDA, 2005.

Diego Nunes foi o primeiro a nos informar sobre a província de Machifaro. Segundo o seu relato, os nativos

daquela província utilizavam o trabalho forçado através da mão-de-obra escrava, adquirida em guerras contra outros povos. Na intenção de que as guerras, com fins de captura de pessoas para servirem de escravas, fossem bem-sucedidas, os povos nativos que utilizavam o trabalho forçado, faziam alianças políticas com outros povos. Outro elemento importante para o estudo da etno-história amazônica é o registro da migração dos tupi, feito em Machifaro, que ainda destaca que um contingente significativo de índios tupi enfrentaram os espanhóis nessa região, possivelmente como cativos incorporados à província de Machifaro.

Na intenção de adquirir financiamento para uma nova expedição em direção à região amazônica para conquistar Machifaro, Diego Nunes escreveu uma carta ao rei de Portugal, D. João III. A carta deixa bem evidente a abundância de riquezas em ouro, como se pode observar no conteúdo abaixo.

> *No ano de 1538 fui com um capitão que se diz Mercadilho e saímos do Peru a descobrir e passamos muitas terras despovoadas até onde este capitão se ficou mal disposto.*
>
> *Então mandou 25 homens de (a) cavalo nos quais fui eu por mandato do dito capitão e chegamos a uma província ao cabo de 25 dias (onde) achamos boa terra e bem povoada de índios e rica de ouro segundo o que vi e no que os índios traziam, que bem parecia a terra abundosa de ouro, porque os índios traziam armas de ouro e braceletes nos braços. Esta gente era de guarnição porque tinham guerra com os outros índios que já tínhamos deixado atrás. Puseram-se em nos defender que não entrássemos*

(i. é, a nos proibir que entrássemos) na terra e então os desbaratamos por força d'armas e entramos na terra. E estes índios seriam até cinco ou seis mil e ali se tomaram muitos deles entre os quais vinham outros índios de outras línguas e terras, como pareceu pelos línguas que levávamos conosco. Esta província onde eu cheguei se chama Machifalo.

Estes índios que ali tomamos nos deram conta que eram de outro senhor que estava adiante deste de que eram vassalos.

Estes dois senhores têm guerra um com outro e se cativam uns a outros e os tomam por escravos. Visto a terra ser tão boa nos viemos a dar conta a nosso capitão onde o tínhamos deixado; e não o achamos porque os seus o haviam preso sobre (i. é, devido a) certa diferença que entre ele e os seus haviam tido e o levaram ao Peru preso; e a esta causa não se provou esta província e (é) porque todos nos tornamos ao Peru.

Trouxe comigo certos índios destas províncias, de quem me informei do que havia adiante (de Machifaro). De um destes índios tive em minha companhia 14 ou 15 anos.

Depois que saímos desta terra vieram atrás de nós 14 mil índios para saber que gente éramos, e no caminho toparam com outros índios de outro senhor com quem tinham guerra e (estes) os mataram a todos, que não ficaram mais que 300 vivos, os quais se foram fugindo por um rio acima em umas canoas,

e ao cabo de certo tempo foram a um povo de cristãos que é no Peru (e) que se chama as Chachapoas. Haverá neste caminho por onde vieram os índios até o Peru 500 léguas. E estes índios se (re)conheceram com os outros que eu trouxe, porque eram todos de uma (só) terra e de um (só) senhor. E a relação da terra que eu tinha sabido dos meus índios e a que estes me deram era toda uma. E estes 300 índios ficam agora no Peru.

Nesta província de Machifaro que eu vi se podem povoar cinco ou seis vilas mui ricas, porque sem dúvida há nela muito ouro. E ao que ela me pareceu, é tão bondosa de mantimentos e sã como a do Peru. Esta terra está entre o rio da Prata e o Brasil pela terra adentro. Por esta terra vem o rio grande das Amazonas, e na paragem desta terra tem este rio muitas ilhas no rio e bem povoadas e gente bem luzidia. E da outra banda do rio há muita povoação da mesma gente, de maneira que de uma banda e de outra está bem povoado.

Os mantimentos desta terra é o mais, que aqui se chama milho, e caçabe (acaçaby, beiju), que serve de pão, e disto há muita quantidade. Há neste rio muito pescado de toda sorte como em Espanha, (por)que em cada povo que chegam acham muitas casas cheias de pescado seco que eles levam a vender pelo sertão e têm suas contratações com outros índios. Vão os caminhos muito abertos de muito seguidos porque corre muita gente por eles. (NUNES, Diego. Rio de Janeiro, 1916. pp. 375-379).

Não se sabe direito porque as autoridades portuguesas não deram atenção às informações fornecidas por Diego Nunes. No entanto, para aguçar ainda mais o debate, UGARTE levanta algumas hipóteses do porquê a coroa portuguesa não deu a atenção que Diego Nunes esperava.

A primeira hipótese é que o governo lusitano reconhecia que a "Província de Machifaro" encontrava-se nos domínios do Império Espanhol, desde o Tratado de Tordesilhas (1494); portanto, caso autorizassem a expedição de conquista descumprindo o acordo, o que seria invasão de território colonial já confirmado, e, mais ainda, motivaria uma guerra infrutífera com a Espanha.

A segunda é que se os gastos com a colonização do litoral da *Terra Brasilis* já eram grandes, eles seriam maiores com a conquista e colonização de territórios em pleno interior que não era conhecido.

A terceira é que o rei português tenha considerado a proposta uma insolência, uma vez que não se sentia obrigado a recompensar formalmente a ninguém, pois como bem lembra o historiador Amado Cervo, a noção de recompensa traduzia, antes a gratidão do governante para com seus súditos, a sua generosidade espontânea, e não a obrigação formal de recompensar quem quer que fosse. (UGARTE, 2005. p.42)

As dificuldades e as perdas ocorridas na expedição de Alonso de Mercadillo não desmotivaram os espanhóis a continuar buscando as riquezas a leste dos Andes; no entanto, fizeram com que o governo espanhol fosse mais cauteloso na elaboração de uma nova investida. Isso contribuiu para o atraso espanhol em relação à conquista da Amazônia brasileira. Assim, passaram-se quatro anos até que se autorizasse uma nova expedição. Eram fortes as motivações para a organização de uma nova investida ao interior da Amazônia: os espanhóis alimentavam o imaginário dos colonos, principalmente da

região peruana, com informações sobre as lendárias riquezas do *El Dorado*, onde havia ouro e prata em abundância, e do *País da Canela*, com grande quantidade de especiarias que eram muito apreciadas na Europa. Essas informações estavam sendo veiculadas num momento de delicada crise social nas colônias espanholas, considerando que as riquezas produzidas na América eram enviadas para a metrópole, e o pouco que ficava na região não era o suficiente para os ávidos exploradores, que almejavam fama e riquezas.

Nessa perspectiva, o imaginário dos exploradores estava repleto de esperança e sonhos de adquirirem riquezas e prestígio social. Esse contexto contribuiu significativamente para motivar ainda mais as pessoas a se lançarem em busca do desconhecido. Desta vez, o governo peruano deu a responsabilidade da organização da nova investida a Gonçalo Pizarro.

EXPEDIÇÃO DE GONZALO PIZARRO (1541)

A organização da expedição começou ainda em 1540 e tinha como principais objetivos encontrar o *El Dorado e o País da Canela*, como se infere do fragmento abaixo.

> *Pretendendo Gonçalo Pizarro conquistar as terras do El Dorado e o País da Canela, propôs-se Orellana a acompanhá-lo. Tendo tomado posse do seu governo em primeiro de dezembro de 1540, em fevereiro de 1541 com quatro mil índios e 220 espanhóis sai de Quito para aquela expedição. No vale de Zumaco ou "pouco mais adiante" se reuniu com Orellana ao corpo expedicionário, sendo recebido por Gonçalo Pizarro com mostras de grande alegria nomeando-o seu tenente general.* (LEITÃO, 1941, p. 14).

Enquanto explorava a bacia do alto Napo, Pizarro encontrou a região considerada "*o País da Canela*", mas a sua comercialização não era economicamente viável devido à dispersão das árvores pela floresta, pois não estavam arrumadas umas após as outras, como esperavam os europeus. Carvajal descreveu esse momento da expedição da seguinte maneira: "*D'aí seguiu Pizarro a pé em busca da canela, tendo-a encontrado ao cabo de setenta dias de marcha, mas tão escassa e em grupos tão dispersos que resultou em verdadeiro malogro da expedição*". (LEITÃO, 1941, p. 14).

Depois da fase inicial da expedição e de seus primeiros contratempos, ao tomarem o caminho de volta ao vale de Zumaco, guiados pela orientação do mestre de campo, os aventureiros rumaram em direção a um grande rio. Nessa região, encontraram um lugar que, devido à aparência dos índios, Pizarro chamou de Província dos Omágua. Nessa região foram construídos um bergantim e algumas canoas menores.

Considerando a penúria que estavam passando os expedicionários, Pizarro e Orellana concordaram em dividir a expedição em duas partes, para irem em busca de alimentos. Apesar de terem marcado um local para o reencontro, de antemão levantavam a possibilidade do retorno não acontecer por estarem penetrando em área desconhecida.

Em sua busca por alimentos, Pizarro ficou explorando a bacia do rio Napo, enquanto Orellana seguia pelo rio Coca. Ao voltar ao lugar no qual deveria encontrar-se novamente com Orellana, descobriu que este não retornara. Ao insistir na busca do El Dorado, Pizarro acabou sem suprimentos e sem os índios que o acompanhavam, retornando a Quito com apenas 80 espanhóis, dos 220 que o haviam seguido. A Amazônia parecia vencer, mais uma vez, aqueles que a cobiçavam.

CONTINUAÇÃO DA EXPEDIÇÃO DE GONZALO PIZARRO SOB O COMANDO DE FRANCISCO ORELLANA

A outra parte da expedição liderada por Orellana continuou e, de acordo com as informações do frei Gaspar de Carvajal, o cronista da viagem, a correnteza do rio que eles haviam descido era tão forte que impossibilitou o caminho de volta, de tal forma que Orellana e seus companheiros não tiveram alternativa senão a de seguir em frente, navegando em busca de alimentos. As crônicas de Carvajal, citadas por Leitão (1941), assim relatam esse episódio:

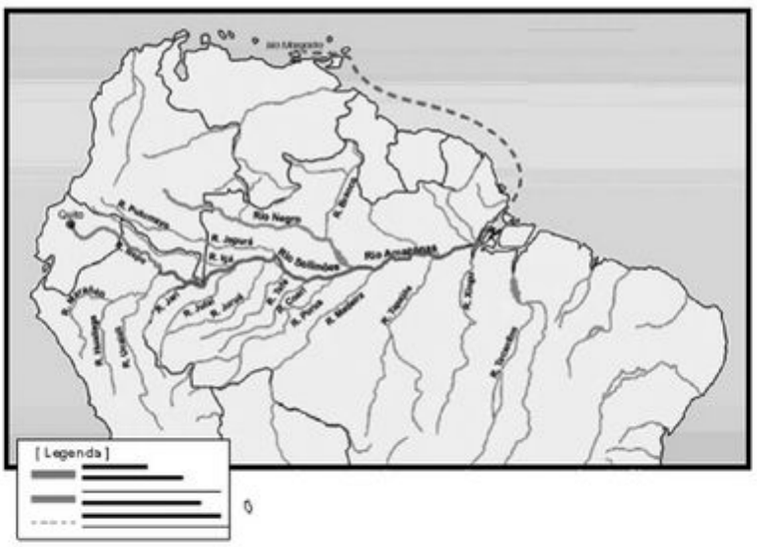
> *Vendo que nos havíamos apartado do local onde tinham ficado os nossos companheiros, e que havia acabado o pouco que trazíamos como mantimento para nossa viagem tão incerta como a que fazíamos, confabularam o capitão e os companheiros sobre as dificuldades em que nos achávamos, e a volta, e a falta de comida, porque, como pensávamos regressar logo, não medimos o comer. Confiados que não poderíamos estar longe, resolvemos prosseguir, e como nem no outro dia nem no imediato se encontrasse comida ou sinal de povoado, seguindo o parecer do capital, disse eu uma missa, como se diz no mar, encomendando a Nosso Senhor nossas pessoas e vidas, suplicando-lhe eu, embora indigno, que nos tirasse de tão manifesto trabalho e perdição, que já claramente se esboçava, pois ainda que quiséssemos volver águas acima já não era possível pela força da correnteza, e tentar ir por terra era igualmente irrealizável. Estávamos em grande perigo de morrer da grande fome que padecíamos e assim, buscando o conselho do que se devia fazer, comentando a nossa aflição e trabalhos,*

> *resolveu-se que escolhêssemos de dois males aquele que ao capitão e a todos nós parecia o menor, e foi ir por diante, seguindo o rio: ou morrer ou ver o que nele havia, confiando em Nosso Senhor que se serviria por bem conservar as nossas vidas até ver o nosso remédio.*

O primeiro grupo indígena encontrado pela expedição de Orellana estava preparado para defender suas casas de qualquer eventualidade referente ao mundo amazônico; no entanto, diante da organização militar dos expedicionários, os nativos foram forçados a fugir de sua aldeia, deixando muitos alimentos, o que acabou contribuindo para salvar as vidas dos membros da expedição e dar ânimo para que os mesmos continuassem a sua trajetória rio abaixo. A essa altura da expedição, os conflitos armados e os espólios de guerra já pareciam ser um "lugar comum". Nesse sentido, são sintomáticas as palavras de Carvajal (1941, p. 20-21):

> *Logo ordenou o Capitão que os companheiros remassem a toda a pressa, para que alcançássemos o primeiro povoado antes que as pessoas se recolhessem. Efetivamente começamos a ir apressados e chegamos a uma aldeia onde todos os índios estavam esperando para defender e guardar as suas casas. Mandou o capitão que todos saltassem com muita ordem, cada qual olhando por todos e todos por um, e que nenhum se apartasse, que vissem o que tinham nas mãos e cada qual fizesse o lhe era determinado. Tal ânimo cobraram todos à vista do povoado, que olvidaram toda a fadiga passada, e os índios fugiram, deixando toda a comida que havia, o que não foi pouco reparo e amparo para nós.*

A expedição de Francisco de Orellana navegou pelo rio Amazonas, no sentido oeste para leste, ou seja, Orellana começou sua expedição em regiões peruanas e navegou até chegar ao Oceano Atlântico.



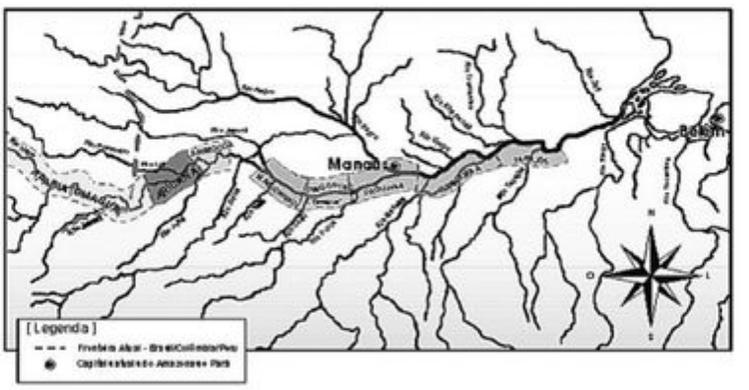
MAPA 3: Trajeto percorrido pela expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana.
FONTE: BENTES, Dorinethe dos Santos; ROLIM, Amarildo Rodrigues. História do Amazonas. São Paulo: Moderna LTDA, 2005.

Carvajal relata que os grandes povoados nativos das margens do rio Amazonas estavam localizados uns após os outros. Como a viagem se deu do leste para o oeste, as indicações dos povoados seguem no mesmo sentido e foram assim descritas: os domínios de Aparia eram próximos à região onde hoje o Brasil faz fronteira com a Colômbia e se estendiam até a junção do rio Içá com o Solimões; a província de Machifaro localizava-se na região que, hoje, corresponde aos municípios de Tefé e Coari; os Omágua localizavam-se a partir de Coari até quase o rio Purus; os Paguana localizavam-se na margem direita do Amazonas, passando pela região de Codajás, acima da foz do Purus; os Picota, da margem esquerda do rio Urubu até Parintins. Estudos recentes concluem que a região de Aparia pertencia aos Omágua, encontrados no século XVII pela expedição de Pedro Teixeira

(1637-1639) e que os Omágua registrados entre Coari e Tefé por Carvajal não eram os mesmos Omágua do alto Amazonas. O mapa 03 indica a trajetória dessa expedição.

Os cronistas informam a localização dos grupos indígenas por eles encontrados, como se pode observar detalhadamente no mapa 4.

Após essa rápida localização dos principais grupos indígenas, será interessante aprofundarmos as informações sobre o modo de vida de alguns desses povos, apresentando, de modo geral, as características mais comuns entre eles e, quando possível, também as especificidades de cada grupo, registradas pelos cronistas.



MAPA 4: Localização dos povos indígenas da Amazônia de acordo com os registros de Carvajal.
FONTE: BENTES, Dorinethe dos Santos; ROLIM, Amarildo Rodrigues. História do Amazonas. São Paulo: Moderna LTDA., 2005.

De acordo com os relatos, existiam nações que apresentavam organizações sociais bastante complexas na Amazônia pré-colombiana. Estruturas de poder centralizado que administravam grandes províncias governadas por senhores (chefes tribais). De acordo com Antonio Porro, mesmo considerados as abstrações e os conceitos ocidentais, havia evidências da existência de sistemas políticos em níveis supra-regionais e regionais, como se constata no relato de Carvajal:

> *Partimos da sede do governo de Apária com o novo bergantim de 19 joas (o suficiente para navegar no mar) na véspera da festa do evangelista S. Marcos, a 24 de abril do referido ano. Seguimos pelas povoações daquele senhorio de Aparia, durante mais de 80 léguas, sem encontrar índios hostis, antes o próprio cacique veio trazer comida e falar com o Capitão e conosco.*

Carvajal também registrou alianças entre essas províncias para lutar contra inimigos comuns, como é o caso dos senhorios de Machiparo e Omaga, que se aliançavam com objetivo de fazer guerra contra os senhores das terras firmes.

É possível que esse tipo de organização social se verificasse em outras regiões da Amazônia, como se constatou além da região do rio Amazonas, na região do rio Madeira, no grupo dos Irurizez, segundo Betendofl (1910, p. 464 – 465).

> *Governam-se as aldeias dos Irurizez com principais, eletivos de tal sorte que o mais capaz entre eles é o que sucede pela morte de seu principal, e em as aldeias só os que são parentes podem ter casa à parte, porque os vassalos moram em roças dos que os governam, com que as aldeias contam somente principais, os quais elegem sobre si um cabo que é como cabeça de todos. Havia (...) cinco aldeias grandes (...) porém estas cinco continham mais de vinte aldeias porquanto cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassalos.*

A organização da produção econômica das populações que ocupavam as margens do rio Amazonas era bem diversificada: aquelas populações tinham uma significativa

produção agrícola, domesticavam animais silvestres, produziam algodão de alta qualidade, tinham a indústria de cerâmica bem desenvolvida, confeccionavam instrumentos de fibras e produziam bebidas de alta qualidade. Essa diversificação da produção econômica, a organização política interna de cada nação e a clara existência de acordos políticos entre diferentes nações, como já tivemos a oportunidade de constatar nos relatos, apontam para sociedades extremamente complexas e bem organizadas. O fragmento abaixo, extraído dos relatos de Carvajal, (1941, p. 39 e 59), exemplifica perfeitamente a complexidade da produção material daquelas sociedades:

> *Encontrou-se neste povoado uma adega desse vinho como que não pouco se alegraram os nossos companheiros. Achou-se também muito boa roupa de algodão. Havia nessa aldeia um adoratório, dentro do qual estavam penduradas muitas divisas de armas de guerra e, por cima de todas, duas mitras muito bem feitas, como as dos bispos: eram tecidas não sabemos de que, pois não eram de lã de algodão e tinha muitas cores (...) Disse-lhe tudo o que acontecera e como havia grande quantidade de comida, tanto tartarugas nos currais e tanques, como muita carne, peixe e biscoitos, tudo em tal abundância que daria para sustentar um batalhão de mil homens durante um ano.*

Por conta dessa produção bem diversificada, havia também uma intensa atividade comercial. Vale a pena destacar que esse comércio intertribal não tinha, necessariamente, como nas sociedades modernas, o objetivo de acúmulo de riqueza, mas a obtenção de mercadorias que,

por não serem produzidas ou por sua produção insuficiente, deviam ser obtidas através de um intercâmbio comercial com outros povos para suprir tais necessidades, como deixa transparecer o relato de Carvajal (1941):

> *Na quarta-feira, véspera de Corpus Christi, sete de junho, mandou o capitão aportar em uma pequena povoação que estava sobre o rio, e foi tomada sem resistência. Aí se encontrou muita comida, especialmente peixe, que havia em tal abundância que pudemos abastecer largamente os bergantins. Era o peixe que os índios tinham a secar para ir vender terra adentro.*

Devido à importância da atividade comercial naquelas sociedades, existiam estradas através da selva, inclusive com pontos para descanso e para a troca de produtos. Nesses pontos, havia pessoas que vendiam seus produtos a quem passava pelas estradas, para vender ou comprar mercadorias em locais mais distantes. Essas estradas no interior da floresta foram registradas pelo cronista Gaspar de Carvajal, (1941, p. 48), da seguinte maneira:

> *Partiam dessa aldeia muitos caminhos, largos como estradas reais, pela terra a dentro. Quis o Capitão saber aonde iam e para isso tomou consigo o Cristobal Maldonado, ao alferes e outros companheiros e começou a entrar por eles, e não tinham caminhado meia légua, quando as estradas eram mais amplas e maiores. Ao aperceber-se disto, o Capitão resolveu voltar, pois não seria prudente passar adiante, e volveu para onde estavam os bergantins.*

O comércio pode ter representado um forte elo de interação entre aquelas sociedades, elo tanto cultural como econômico, da mesma forma que pode ter causado conflitos por interesses de controle de rotas comerciais e de meios de produção das riquezas comercializadas. Além das estradas, os nativos tinham muita facilidade em se movimentar através dos rios, viajando longas distâncias para comercializar seus produtos.

Somente com uma agricultura bastante desenvolvida os nativos da Amazônia poderiam garantir a manutenção de grupos populacionais tão densos como os registrados por Carvajal (1941, p. 48):

> *Quando regressou, já era ao pôr do sol, e o capitão disse aos companheiros que seria de melhor aviso partir dali imediatamente, pois não convinha passar a noite em terra tão povoada, e que todos embarcassem. E assim foi que, levada a comida e postos todos a bordo, começamos a navegar já com a noite, e toda ela fomos passando por muitas e vastas aldeias, até que raiou o dia, tendo já caminhado mais de vinte léguas, que para fugir dos índios, os nossos companheiros não paravam de remar. Quanto mais andávamos mais povoada e melhor achávamos a terra, da qual seguíamos sempre afastados, para não dar lugar a que os índios nos viessem assaltar.*

A base da agricultura dos povos nativos da Amazônia, de acordo com as informações de Carvajal, parece ter sido o milho e a mandioca, sendo que, da mandioca, eles produziam alimentos bastante variados: farinha, beiju e bebidas.

Além da agricultura praticavam a domesticação de animais como: macaco, papagaio, cachorro, porco, quelônios e muitos outros. Os cronistas relatam que a tartaruga era criada em grande quantidade, pois era muito apreciada pelos nativos.

O mais intrigante é que esse hábito de criar animais nativos ficou, por muito tempo, esquecido entre nós. Dedicamo-nos, preferencialmente, à criação de animais trazidos de outras regiões, como é o caso do boi, do cavalo, etc. Se bem que já se percebem certos esforços na domesticação da fauna local, principalmente na área da piscicultura, que tem se popularizado cada vez mais. A extensão desta prática a outras espécies de animais da região pode ser a saída para o impasse vivido atualmente pelas sociedades tradicionais amazônicas por estarem proibidas pelas leis de conservação e preservação ambiental do país ao exercício de parte de seus hábitos culturais como o de alimentar-se dos ovos e da carne das tartarugas, da carne do peixe-boi, do pirarucu, de algumas espécies de macacos e de tantos outros exemplares de nossa fauna, considerados em risco de extinção.

A indústria da cerâmica também era outra atividade bem desenvolvida entre povos das margens do rio Amazonas, que produziam cerâmica de alta qualidade. Frei Gaspar de Carvajal muito se admirou com os objetos encontrados em uma pequena povoação, que parecia mais com um ponto de repouso de algum senhor da terra-firme do que um lugar de habitação permanente. Sobre ela relata o cronista:

> *Havia nessa povoação uma casa de diversões, dentro da qual encontramos muita louça dos mais variados feitios: havia talhas e cântaros enormes, de mais de vinte cinco arrobas, e outras vasilhas pequenas, como pratos, escudelas e candeeiros, tudo da melhor louça que já se viu no mundo,*

> *porque a ela nem a de Málaga se iguala. É toda vidrada e esmaltada de todas as cores, tão vivas que espantam, apresentando, além disso, desenhos e figuras tão compassadas, que naturalmente eles trabalham e desenham como o romano.* (CARVAJAL), 1941, p. 47.

O metal também não era desconhecido pelos nativos. Foi encontrado, entre os Omágua, um machado de cobre, o que indica que a utilização de metais já estava para além do uso estético ou religioso, mas era empregada, também, no processo de produção, no trabalho do dia-a-dia.

A base da alimentação era a carne e o peixe, obtidos na caça e na pesca, acompanhados de farinha de mandioca ou de milho. Os nativos alimentavam-se também de frutas e tubérculos (batata, macaxeira, mandioca, cará, etc.) e foi graças à abundância de alimentos produzidos por eles que os tripulantes da expedição de Orellana não pereceram no percurso pelos rios da Amazônia.

Nas crônicas, as informações sobre as sociedades nativas da Amazônia ultrapassam os limites da organização política e econômica e estendem-se a outros elementos, como os aspectos culturais. Há, por exemplo, dados sobre a importância cultural da guerra. Para muitas nações nativas, a guerra tinha importância fundamental. Ela dava sentido à vida em sociedade. Não acontecia apenas por questões políticas ou econômicas, bem como pela reprodução de valores sociais; fazia parte da preparação de um guerreiro. Não havendo guerra, não havia como formar guerreiros ou como testar a sua bravura, que faz parte do conjunto de valores que compõem a auto-estima da sociedade. Assim, a preparação dos nativos para a guerra foi fortemente sentida pelos tripulantes da expedição de Orellana ao chegarem à província

de Machiparo, como se percebe no fragmento da crônica de Carvajal (1941, p. 44) a seguir:

> *Levaram-nos deste modo até meter-nos em angustura de um braço do rio. Aqui nos puseram em grande aperto, e tamanho, que não sei se algum de nós escaparia, porque nos tinham preparado uma emboscada em terra e dali nos abarcavam. Determinaram-se os d'água a exterminar-nos, e já estavam muito perto de nós. Vinha adiante o capitão-general, muito destacado como homem. Um dos nossos companheiros, chamado Celis, fez pontaria nele e lhe deu um tiro de arcabuz no meio do peito e o matou. Logo a sua gente desmaiou e acudiram todos a ver o seu senhor, e nesse meio tempo conseguimos sair para o largo do rio.*

Além de servir como instrumento de transformação da realidade física, a guerra tinha funções que extrapolavam os limites do mundo físico e servia também como instrumento de respeito e preservação da memória e como mecanismo de realinhamento entre o mundo dos espíritos e o mundo das sociedades nativas. Por isso, as tribos faziam guerras por vários motivos: para conquistar terras mais férteis e regiões de florestas onde a caça era mais abundante, para espantar os maus espíritos, para lembrar parentes mortos, para pagar (vingar) mortes de parentes, para mostrar que eram fortes.

A guerra era discutida e decidida pelo conselho tribal. As tribos rivais combinavam o local de encontro dos guerreiros e para lá levavam o que necessitavam para passar vários dias fora da aldeia.

Após violentos combates, retornavam às aldeias com os prisioneiros, que eram geralmente bem tratados e, em algumas tribos, podiam até se casar, passando a integrar a

vida da tribo como um de seus membros. Essa situação se fazia possível pelo alto grau de valorização da honra existente tanto do lado dos vencedores, como dos vencidos.

Outras tribos, como era o caso de algumas do tronco Tupi, tinham hábitos antropofágicos, e podiam comer seus prisioneiros de guerra em banquetes, acompanhados de rituais religiosos. Nessas tribos acreditava-se que, comendo a carne de um inimigo, pagar-se-iam (seriam vingados) os parentes mortos e que se adquiririam as melhores qualidades do guerreiro. Se, por exemplo, o devorado fosse um excelente corredor, herdar-se-ia a velocidade de suas pernas; se fosse um bravo guerreiro, a bravura e assim por diante. Essa prática foi registrada por Carvajal da seguinte forma: *"... Mas disse que este é um grande guerreiro e que sua gente come carne humana, coisa que não fazem os demais desta terra que até agora percorremos"*.

A prática de antropofagia era rara entre as tribos da Amazônia, mas para justificarem a escravidão indígena, os europeus, no período da colonização, divulgaram a idéia que essa era uma prática comum entre as tribos da região, contribuindo significativamente para que as expedições de resgates fossem praticadas.

Estas sociedades, onde a guerra tinha tamanha importância, eram muito bem estruturadas para esse fim; considerando-se, é claro, a estrutura bélica comum ao vale amazônico do período pré-colombiano. Segundo Carvajal, (1941, p. 37) elas tinham tecnologia até para a produção de roupas de proteção contra flechas, feitas de couro de jacaré, de couro de peixe-boi e de couro de anta.

> *A umas duas léguas desse povo vimos estar alvejando as aldeias, e não tínhamos andado muito quando vimos vir rio acima enorme quantidade de canoas, todas aprestadas para guerra, airosas e*

com seus pavézes, que são de carapaças de lagartos e de couros de manatis e antas, da altura de um homem, pois os cobre inteiramente. Vinham fazendo enorme algazarra, tocando muitos tambores e trombetas de pau, ameaçando-nos, que nos haviam de comer.

As referências sobre as crenças dos nativos no período do contato são poucas, considerando que as fontes de informações que temos foram escritas por pessoas que não consideravam os rituais realizados pelos indígenas como elemento de religiosidade.

Mesmo assim, é possível garimpar nas crônicas a importância da figura emblemática do pajé, que desempenha o mesmo papel dos antigos sacerdotes das religiões surgidas nas primeiras civilizações, que deram origem às sociedades ocidentais modernas. Alguém que transita entre dois mundos, o físico e o sobrenatural, que interpreta as mensagens e a vontade dos deuses, que pode orientar seu povo para as graças das divindades.

As intempéries do mundo físico como doenças, períodos de escassez e derrota nas guerras eram sempre interpretadas como manifestação da ação dos espíritos no mundo dos homens. Assim, cabia ao pajé a tarefa de conversar com os espíritos e intermediar a solução dos problemas.

Porém, o pajé não era apenas uma figura que indicava aos homens a vontade dos espíritos, era um homem dotado de conhecimentos que lhe davam poderes mágicos, podendo lutar e vencer os espíritos considerados malignos.

Como dissemos antes, examinar a vivência dos povos indígenas amazônicos a partir das crônicas feitas pelas expedições é uma análise muito complexa, pois temos que encontrar nas entrelinhas os discursos dessas vivências.

Nesse contexto de análise é interessante acompanhar o desenrolar das pesquisas mais recentes realizadas por Ugarte (2005), em que, a partir de uma análise das entrelinhas do discurso do cronista, para além do que está escrito, procura-se destacar, prioritariamente, para quem realmente Carvajal estava escrevendo. Isso permite elucidar aspectos que antes eram de difícil entendimento. Ugarte (2005) analisa a narrativa inserindo a expedição no contexto histórico específico em que seus membros estavam envolvidos. Uma situação de conquista, haja vista que, pela primeira vez, navegava-se por todo o rio Amazonas e existiam expectativas, diante da conjuntura em que se encontravam naquele momento, do retorno à esfera do poder espanhol. Era preciso evitar que as informações sobre a viagem liderada por Orellana caíssem no esquecimento e também neutralizar as acusações de traição feitas por Gonçalo Pizarro aos membros da expedição. Isso fica claro nos termos abaixo.

> *Ao nosso ver, a mensagem do prólogo é enigmática. Segundo o que já havíamos indicado, enquanto o primeiro tema é delineado com vistas a perpetuar a memória da expedição, isto é, a longo prazo, com observações explícitas, que Carvajal explorara no sentido de que sua crônica sirva como material para os historiadores, o segundo tema, com que o cronista pretende um alcance mais imediato, não conta com argumentos bem claros. Neste caso, se o tema da defesa da honra dos expedicionários sobressai no corpo da crônica, ela conta apenas com um tímido anúncio no prólogo da narrativa. Talvez a explicação para esse descompasso, no interior do prólogo, encontre-se, consoante vimos, na subordinação de*

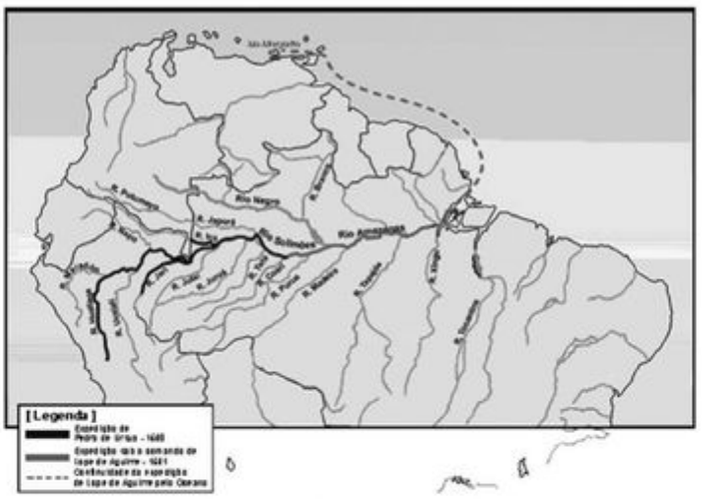
natureza temporal do segundo em relação ao primeiro tema-objetivo. (UGARTE, 2004. p. 50).

EXPEDIÇÃO DE PEDRO DE URSÚA E LOPE DE AGUIRRE (1560 -1561)

Depois das crônicas de Carvajal relatando todo o percurso da viagem realizada por Orellana pelo rio Amazonas, o imaginário espanhol foi novamente estimulado por outras lendas que entraram na ordem do dia, como as lendárias províncias das esmeraldas, o País de Rupa-Rupa, bem como pelas antigas, como o já mencionado El Dorado e o Lago de Paititi. Todos lugares com grande quantidade de riquezas e, o melhor de tudo, fáceis de serem encontrados. Ao que tudo indica, os mensageiros das boas novas teriam sido 300 nativos da nação Tupi que migraram da costa do Brasil e chegaram ao Peru em 1549.

As histórias daqueles nativos, mais as notícias de que Orellana havia chegado ao Atlântico navegando pelo rio das Amazonas, estimularam a nova expedição, que saiu do Peru em setembro de 1560, sob o comando do governador Pedro de Ursúa, seguindo o rio Huallaga, com 370 soldados, dois bergantins, sete chatas, vinte balsas e um grande número de canoas. Subiram o rio Marañón chegando até o rio Napo, no atual território do Peru. Da foz do Napo, desceram até o baixo Javari, no atual território do Brasil, onde encontraram a "Província de Aparia" descrita por Carvajal e chamaram-na de Carari e Maracuri. Nessas duas regiões foram vistas grandes riquezas. Subindo o rio Javari até o Solimões chegaram ao alto do rio Içá, onde encontraram uma tribo que não havia sido descrita por Carvajal e a denominaram de "Província de Arimocoa".

No decorrer da viagem, chegaram à província de Machifaro, onde não encontraram sinais de riqueza. Nesse ponto dessa nova aventura hispânica começaram a surgir descontentamentos que geraram conflitos entre os tripulantes e Pedro de Ursúa, chefe da expedição. O caminho percorrido pela expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre pode ser visualizado através do mapa abaixo.



MAPA 5: Trajeto percorrido pela Expedição de Ursúa e Lope de Aguirre – 1560-1561.
FONTE: BENTES, Dorinethe dos Santos; ROLIM, Amarildo Rodrigues. História do Amazonas. São Paulo: Moderna LTDA, 2005.

Esses conflitos internos foram muito bem administrados por Lope de Aguirre, que conseguiu o apoio de grande parte da tripulação, inclusive de oficiais de confiança de Pedro de Ursúa. A partir da província de Machifaro, os problemas ficaram evidentes e instaurou-se a rebelião, que resultou na execução de Pedro de Ursúa e muitos dos que o apoiavam. Com o assassinato de Pedro de Ursúa e de seus correligionários, a expedição sofreu mudanças radicais.

O comando da expedição, marcado pelo desentendimento, ficou sob o controle dos três tripulantes que arquitetaram a rebelião: Fernando de Guzmán, Lope de Aguirre e Lorenzo Salduendo. As discussões entre as lideranças no comando

eram, principalmente, sobre os novos rumos que a expedição deveria tomar. Esses desencontros permitiram que Aguirre se sobressaísse. Na intenção de concretizar seu objetivo de assumir de vez o comando da expedição, Aguirre proclamou Fernando Gusmán príncipe da Terra Firme e Peru e Governador do Chile.

A partir desses acontecimentos, a expedição assumiu novos ares, deixou de ter como objetivos principais encontrar as províncias das esmeraldas, o País de Rupa-Rupa, o El Dorado e o Lago de Paititi, que se apresentavam apenas como uma possibilidade imaginária de riqueza, e partiu para conquistar aqueles que pareciam mais reais, ali mesmo no Peru.

É importante ressaltar que esses homens buscavam riqueza e prestígio social, mas tudo isso só fazia sentido se fosse para usufruir na Europa. Quando perceberam que a expedição não estava apresentando os resultados que eles esperavam, foi muito fácil para Aguirre convencê-los a seguirem-no na conquista das riquezas onde eles tinham certeza que elas existiam.

Com a proclamação de Gusmán Príncipe da Terra Firme e Peru e Governador do Chile à revelia da Espanha, e a disposição para conquistar o Peru, os membros daquela expedição estavam deixando claro que eles não obedeciam mais à autoridade da coroa espanhola. Nem todos concordavam com esses encaminhamentos. Porém, sob a autoridade de Lope de Aguirre, quem não apoiasse a conquista das riquezas do Peru deveria ser eliminado, e foi o que aconteceu. Todos aqueles que não concordavam com as novas diretrizes da expedição foram assassinados um a um, inclusive os que ajudaram Aguirre a assassinar Pedro de Ursúa.

No início da viagem, os relatos dos soldados cronistas confirmavam outros relatos anteriormente feitos sobre a Amazônia. Quando Aguirre assumiu sozinho o comando da

expedição, depois de sucessivos assassinatos e redefiniu os seus objetivos, estabelecendo como meta chegar o mais rápido possível ao Oceano Atlântico para retornar e conquistar o Peru, os dados sobre a região amazônica começaram a se reduzir significativamente. De Coari até o Purus, ainda se têm notícias dos povoados. A partir dali, as informações etnográficas se tornaram esparsas. No final da expedição, as crônicas apresentaram pouco conteúdo a acrescentar em relação aos relatos das viagens anteriores. Em alguns casos, essas informações se resumem às atitudes de Aguirre, como a notícia sobre o tratamento dado aos índios que participaram da expedição e foram jogados nas águas do rio quando se aproximavam da foz do Amazonas.

A expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre foi marcada pela tragédia e os relatos feitos refletem essa situação, como bem destaca Ugarte, (2004, p. 59-60):

> *O primeiro deles, e o mais importante, teve por autor o bachiller (bacharel) Francisco Vázquez. Quase nada se sabe deste cronista no período anterior a expedição. (...) O testemunho de Francisco Vázquez, semelhante ao de frei Carvajal (3.1.2.) também teve problema. Segundo Emiliano Jos, o relato de Vázquez, por ser mais detalhado e ter melhor redação, serviu de base para a reescrita do relato de outros soldados da expedição, Pedrarias de Almestro, de quem falaremos adiante. (...) A segunda crônica de nossa listagem tem como autor o soldado Pedrarias de Almesto. Ele tentou fugir em Borburata, e ao ser capturado, passou a acompanhar, como prisioneiro, Lope de Agurirre e seus seguidores até Valencia. Ganhou a liberdade quando Aguirre foi morto nessa povoação. Dentre os cronistas foi aquele*

que, não apenas testemunhou os eventos, mas participou de quase todos até o fim.

Todavia, para Emiliano Jos, o soldado Almestro não foi bom escritor, já que percebendo a pobreza estilística de sua Relacion de lo que sucedio En la jornada q le fué encargada Al governador Pedro de Ursúa que se dezia el dorado...(atualmente guardada na Biblioteca Nacional de Paris), e tendo acesso à de Vázquez – mais detalhada e melhor redigida -, não hesitou em usar livremente a de seu co-expedicionário, modificando-a no tocante às passagens em que ele foi protagonista – omitidas por Vázquez -, enaltecendo-se na maioria das vezes.(...) O terceiro relato foi escrito por Altamirano, um dos capitães de Ursúa e Aguirre. Segundo observamos anteriormente, a crônica de Altamirano ficou desconhecida dos estudiosos até a década de 1940. Foi Charles Upson Clark que publicou, respectivamente em 1942, a versão inglesa e, em 1948, a transcrição do original espanhol da obra do frei carmelita Antonio Vázquez Espinosa, na qual se encontra a referida crônica. (...) As tragédias da expedição de Ursúa e Aguirre marcaram de forma indelével as personalidades de seus integrantes.

Desse modo, não deve causar estranheza que os relatos sejam estruturalmente semelhantes, uma vez que têm como fio condutor de suas narrativas o caráter trágico da viagem. Isso não impede que outros aspectos sejam vislumbrados.

Ugarte se distancia da leitura usual que comumente se faz da expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre. Os comentários se limitam a atribuir seus malogrados resultados, única e exclusivamente, às loucuras e atrocidades que Lope de Aguirre praticou após assumir o comando da expedição. À luz das novas pesquisas sobre essa discussão não se descarta essa possibilidade, mas abrem-se novas perspectivas de interpretação, na medida em que se analisa a expedição contextualizando-a historicamente, destacando os conflitos internos existentes dentro das colônias espanholas, onde as riquezas, frutos da pilhagem do processo de conquista, concentravam-se nas mãos de poucos, gerando grande insatisfação e potencializando esse tipo de rebeldia contra a coroa espanhola.

Os soldados cronistas dessa expedição eram: Francisco Vasquez, filho de Juan Perez, Capitão Altamirano, Gonzalo de Suñiga, Pedro de Monguia e Pedrarias de Almestro.

Com essa expedição, encerrava-se o processo de reconhecimento do interior da Amazônia, sem que fossem satisfeitas, de forma plena, as ambições espanholas. E, afora o País da Canela, nenhuma outra das fábulas contadas pelos nativos se revelou aos espanhóis.

Os conhecimentos sobre os tesouros da Amazônia, sua extraordinária biodiversidade e o conhecimento das populações tradicionais sobre ela e de como manipulá-la, ainda teriam que esperar cerca de quatro séculos e meio para, finalmente, serem descobertos e valorizados. E se isso, por si só, não bastasse, todas as expedições navegaram sobre um dos nossos maiores patrimônios, um dos maiores rios de água doce de todo o planeta. Eis, finalmente, os grandes tesouros que passaram despercebidos aos olhos dos colonizadores e que, de forma competente, as populações tradicionais da Amazônia têm usado e preservado até o presente momento.

Eis, também, os motivos pelos quais os grandes laboratórios e os países que são grandes potências econômicas do planeta reproduzem, de uma forma bem mais acentuada, o processo de exploração da Amazônia e recolocam a discussão sobre a sua internacionalização. Acreditar que os povos ditos desenvolvidos, que não souberam associar o crescimento econômico à preservação da qualidade da vida em seus países e destruíram seu meio ambiente, irão se preocupar em preservar o espaço em que vivemos é como crer que a raposa pode cuidar muito bem do galinheiro.

Todas essas expedições tinham objetivos estratégicos para os espanhóis, as primeiras devido à necessidade de reconhecimento do que eles consideravam como suas possessões, as que se seguiram após a descoberta do rio Amazonas para o controle sobre o rio, pois, tratava-se de um rio que atravessava toda a floresta amazônica permitindo o acesso ao seu interior e, por permitir esse acesso, tinha um enorme valor econômico e estratégico. Ele era o único caminho natural para a conquista do interior da região e também para o escoamento de possíveis riquezas existentes na região a leste dos Andes. Mas, os que quisessem dele se assenhorear deveriam ocupá-lo em pontos estratégicos, como aconselhava Diego Nunes: "*Por este rio se há de prover esta terra, porque podem ir navios por ele até onde se poderá povoar uma vila que seja porto e escala de toda esta terra, porque sobe a maré 200 léguas rio acima, e deste ponto onde se povoar a primeira vila, subirão bergantins (mais de 300 léguas), porque o rio vai chão e muito bom.*" Essas medidas de ocupação do grande rio propostas por Diego Nunes eram para evitar a entrada de pessoas indesejadas e garantir o controle da região.

De todas as expedições que os conquistadores espanhóis fizeram durante o século XVI, estabelecendo contatos com os povos nativos da Amazônia, nenhuma foi tão bem sucedida

para os interesses dos colonizadores quanto a realizada por Francisco de Orellana. Essa expedição foi a primeira que conseguiu concluir a viagem por todo o rio Amazonas. A partir dela, as localizações dos grandes povoamentos na região começaram a ser mapeadas e deu-se início ao levantamento das características dos povos que ocupavam as margens desse rio.

Como se sabe, a expedição de Orellana teve início devido à falta de mantimentos para a expedição de Gonzalo Pizarro. A missão que Pizarro havia dado a Orellana era de conseguir alimento, de qualquer forma e isso incluía se apossar, pela força, dos estoques dos povos nativos e, mesmo não tendo conseguido retornar para levar alimentos para seus companheiros, Orellana seguiu à risca as orientações e, no decorrer da expedição, em vários momentos em que os nativos não davam espontaneamente os mantimentos de que precisavam, os tomou à força, como se pode observar pelo relato de Carvajal, (1941, p. 56):

> *Vendo o Capitão que não se queriam render, que nos tinham feito dano e ferido alguns dos nossos companheiros, mandou pôr fogo nas casas onde estavam os índios, que assim saíram delas, fugindo, dando lugar a que se recolhessem a comida que nela havia, louvado Nosso Senhor, não faltou, pois havia muitas tartarugas e muitos perus e papagaios, e uma grande fatura, pois de pão e milho nem se fala. Saímos dali e logo fomos a uma ilha descansar e gozar do que tínhamos tomado.*

O rastro de destruição e violência deixado por Orellana e outras expedições espanholas iam construindo as bases das relações que posteriormente ficaram bem evidentes entre europeus e nativos.

CAPÍTULO II

UNIÃO IBÉRICA OU DOMÍNIO ESPANHOL (1580-1640)

Após a expedição de Pedro de Ursúa há um intervalo de 75 anos sem que se tenham notícias significativas do avanço europeu em território amazônico. No entanto, no ano de 1580 a crise dinástica no reino de Portugal teve conseqüências diretas sobre o futuro da colonização européia na Amazônia, com a união das coroas de Espanha e Portugal, o que se convencionou chamar de União Ibérica ou domínio espanhol.

Durante o tempo de duração da União Ibérica, de 1580 a 1640, nada menos que 60 anos, o acordo de Tordesilhas pôde ser negligenciado e, diante dessa situação, os portugueses não perderam tempo e começaram a fazer expedições a partir do seu território (o Brasil) para além da linha imaginária de Tordesilhas e saíram, aos poucos, ocupando territórios cada vez mais para o interior da Amazônia.

Com a justificativa de proteger o território de possíveis invasões por outros povos europeus e expulsar os que se encontravam hospedados na região amazônica, como holandeses, ingleses e franceses, os lusitanos foram se aproximando do extremo norte do Brasil. Os primeiros avanços efetivos praticados pelas coroas ibéricas rumo ao interior amazônico, iniciaram-se com as expedições organizadas para expulsar os franceses, que já se encontravam bem estruturados e praticando o comércio com vários grupos nativos. A fundação da França Equinocial em 1612, na ilha do Maranhão, é a maior demonstração do controle que os franceses exerciam nessa região.

EXPEDIÇÃO DE FRANCISCO CALDEIRA DE CASTELO BRANCO À FOZ DO RIO AMAZONAS (1616)

Em 1615, a expedição comandada pelo capitão-mor Alexandre de Moura, travou batalhas decisivas que resultaram na expulsão dos franceses da região da ilha do Maranhão, anteriormente chamada pelos franceses de França Equinocial.

Mesmo depois da expulsão dos franceses, a região continuava desprotegida, principalmente a foz do rio Amazonas Considerando essa situação de extrema importância estratégica para a proteção do extremo Norte, o capitão-mor Alexandre de Moura nomeou Francisco Caldeira de Castelo Branco para chefiar uma expedição rumo à foz do rio Amazonas tornando-se, essa expedição, o ponto de partida para a efetiva ocupação da região pelos lusitanos.

Construído às margens da baía de Guajará, o Forte do Presépio passou a ser o ponto mais extremo do limite demarcado pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, indicando o ponto mais avançado dos domínios portugueses. Ponto estratégico para posteriores entradas no interior do rio amazônico, considerando que sua foz era controlada.

A principal fonte escrita da viagem comandada por Francisco Caldeira de Castelo Branco, em direção à foz do rio Amazonas, foi feita por André Pereira, militar membro da expedição, escolhido por Francisco Caldeira de Castelo Branco para informar ao rei sobre os passos e a conquista da expedição. Essas informações estão contidas no manuscrito "*Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto – Ano de 1616*".

Para uma melhor compreensão da importância dessa expedição para os lusitanos, observe a carta transcrita por Rudolf Schüller, do manuscrito de André Pereira.

Relación de lo que hay en lo gran rio de las Amazonas nuevamente descubierto. Año 1616.

Primeiramente depois que ò capitaom maior, Alexandre de Moura deu fin no Maranhaom à ò que tocava à ò servizo do Rey em deitar fora à ò enemigo como fez, è tendo à terra pacifica, è povoadas as fortalezas como lhe pareceo necessário, pos por obra mandar fazer este novo descobrimento do grande Rio das Amazonas, è pera também se saver ò que avia no Cavo do Norte, conforme à ordem que pera isso levava do Governador Geral do Brasil Gaspar de Sousa; è asi mandou 150 homens em três companhias, è por capitaom mor dellas à Francisco Caldeira de Castel Branco em três embarcazoens.

Partimos para esta jornada dia de Natal pasado, em que deu principio à esta era de 1616. Correndo sempre à costa, è dando fundo todas as noites, tomando as conhecenzas da terra, è sondando sempre fazendo Roteiros pello Piloto António Vizente Cochado, de que elle dará boa relazaom por ser à quem o dito Capitaom mor Alexandre de Moura mandou por Piloto mor deste descubrimento à esta nesta costa [sic].

Chegados á este grande Rio, è tendo andado 150 leguoas pella costa; è o Rio tem [de] largo 120 leguoas tudo agoa doce até entrar no mar 60 leguoas; en aquelle tempo trazia muy furioso corrente por ser inverno: entrou à armada por hum brazo estreito que está na ponta à que chamaom de

sapanara, na parte de leste, è naom dando fe da mais largura do Rio fomos sempre por antre Ilhas caminhando pello Rio asima, è falando com o gentio que avia naquellas partes, que facilmente com boa vontade aceitava nosa amisade dizendo que nós heramos os verdadeiros valentes pelo muito que tínhamos feito com os Franceses, è mais Nazoens, que naquella costa eram nosos enemigos.

Por todas aquellas partes mostravaom as terras serem fertilisimas de Madeiras, è na bondade dellas cheias todas as Ilhas de muita caza [caça]; è chegando no sitio à onde fizemos fortaleza por el Rey nosso senhor, que será 35 leguoas pello Rio asima pero ò Sul, por parecer elle à ò capitaom mor bom sitio trabalhando nella se soube de hum Frances que alli andava fugido à os do Maranhaom, como em huas Aldeas do Gentio que estaom pello Rio mais asima andava hum Framengo, que alli tinhaom deixado outros pera ter aprendido a língua è adquirido asi ò Gentio pero seus tratos, è que também esperava por hum yrmaom seu povoarem naquella parte onde agora está à nossa fortaleza, è donde havia poucos dias se tinham ido tres embarcazoens de Framengos, como à ò depois confesou à mesmo Framengo.

O Capitaom mor Francisco Caldeyra, à mandou vir à este dito Framengo, do qual tivemos certa relazaom dos enemigos olandeses, è framengos que estavaom no cabo do Norte, de que tínhamos muita noticia, è como estariaom 250 homens até 300 repartidos em duas fortalezas de Madeira, è como

tinhaom elles engenhos de Azucar de que carregaraom alguns navios com ò mais que à terra da de si.

Soubemos mais de alguns Gentios que de muito longe pello Rio asima vinhaom à ver os Portugueses à ver [sic] seus amigos, como à ò pé de huas serras que estavaom da nossa fortaleza 150 leguoas estavaom 15 vellas com muita gente fortificandose, tendo molheres consigo como ya vinhaom à su [sic] efeito. Estas serras diz o Gentio que saom escaluadas com mato, è alguns homens experimentados dizem que estas saom as serras, que alli vem dar do Peru como muitas cartas de marear tambem ò mostraraom, è que há ouro nellas, è mais metaes.

Tevi [sic] o Capitaom mor duas perolas, querendo mandar avisar disto à sua Majestade, as quais diz hum capitam frances que alli foi digo as quais lhe deu hum índio que dize as achase comendo ostras asadas, à as deitara fora naom estimando ò que era, dizendo que as ostras que tinhaom muito daquello. havia 70 pello Rio asima, em fundo de hua braza [braça] [.] Á ò Senhor Marques Dalemquer vieraom estas duas perolas algum tanto escuras por serem assadas na forma que digo; è a casca das ostras em que ellas nacem he madre perola mui fina.
Neste Rio se acharaom tambem duas pedras antes de virmos à elle de muito preso [preço], as quais diz hum capitaom Frances que alli foi por língua [muito provavelmente Charles des Vaux, cf. seção 6.3 acima] foraom robadas de hum ingres ao frances que as levava, è corre demanda en Inglaterra sobre

ellas, è que estavam avaliadas em muitos cruzados.

O Rio pareze capaz pera mui grandes couzas por ser da largura que digo; as terras muito fertilisimas com muita diversidade de Madeiras - como as do Brasil, è mais aventajadas por serem arvores notavelmente grandes, entre as quaes há hum pào à que o Gentio chama Cotiara mui lindamente dibujado è gracioso à vista. Há neste Rio em todas as partes delle muito Gentio por extremo de diversas nazoens, ò mais delle mui bem encarado sem barba, trazem os homens cabello comprido como molheres, è de mui perto ò parecem de que pode ser nasceria o emgano que dizem das Amazonas; pois naom há outra cousa de que à este proposito se pudesse deitar maom.

As mercadurias que este Gentio vende à os olandeses saom, Algodaon, tinta de oroco [urucum], que he como Gram, aigúa Pita, è este pao Cotiara como outras sortes de madeiras que naom faltam. Tabaco: dizem que há castores [sic] è este Capitam frances que alli nos serve de lingoa dize lhe deraom húa pelle de hum mui fina.

Das entradas è saídas deste Rio, do fundo, è tudo ò mais que he necessario pera entrar Armada è sair delle tem o Piloto Antonio Vizente feito seus Roteiros em forma de que dará razaom pois he arte sua.

Havendo ò capitaom mor Francisco Caldeira de Castello-Branco de mandar dicto aviso à sua

Majestade depois de termos feito a fortaleza em que fica a gente dita, nos mandou à Andres Pereyra è à Antonio da Fonseca capitaom de infanteria cada hum de sua companhia dar daquelle Presidio parecendolhe acertava assim è por no discurso da viagem aver entre elles paixoens, António de Fonseca se ficou na Ilha Terceira, naom querendo dar fim á sua viagem na conformidade que vinhaom na não em que em Santo Domingo se embarcaraom, sendo mui seguro, è se deixou ficar com alguns papeis que tinha em sua mão, sendo requerido se embarcasse, pello que importava ser el Rey avisado, è naom querendo dar os papeis à ò dito André Pereyra se veio na dita não, trazendo consigo ò Piloto que pera a entrada deste Rio era necesario, è esta mostra que trouxe ao Senhor Marques Dalemquer è viso Rey [vice-rei] de Portugal, por cuya via lhe foi embiado Capitaom mor francisco caldeira.

Esta he a verdade, è ò que ha neste famoso Rio, sem ver nos papeis que ficaraom na maom de outro Capitaom cousa algúa mais de considerazaom somente à petizaom que se faz de socorrer pera aquella gente, è que Sua Magestade faza vista à que for servido como cousa sua o Capitam Andre Pereira." (NELSON, Papavero, 2002).

Quando a União Ibérica acabou, em 1640, Portugal já havia ocupado grande parte dos territórios que antes pertenciam à Espanha. Assim, a Amazônia brasileira tornou-se território português; porém, não sem resistência por parte da Espanha. Foi preciso que muitos outros acordos fossem firmados entre Portugal e Espanha para que as fronteiras de

seus territórios coloniais, na América, ficassem estabelecidas. No entanto, para o objetivo desse trabalho é suficiente esclarecer como foi possível que territórios espanhóis se transformassem em portugueses, ou seja, Portugal conseguiu o Brasil através do Tratado de Tordesilhas e a região da Amazônia, com a ocupação de territórios espanhóis durante a União Ibérica.

Contando a história dessa forma, tem-se a impressão de que Portugal saiu em vantagem com a União Ibérica, mas não foi bem assim. A Espanha tinha muitos inimigos na Europa e durante todo o tempo da união entre os dois reinos, eles também se tornaram inimigos de Portugal. Como todas as colônias que pertenciam a Portugal passaram a pertencer também à Espanha, seus inimigos, que eram, principalmente, a Inglaterra, a França e a Holanda, tomaram muitas colônias de Portugal, na África, na Ásia, no Brasil e na Amazônia, ocuparam os territórios que hoje são as Guianas e o Suriname. Mas, por outro lado, Portugal se apossou de um novo território: a Amazônia. A partir daí, constituíram-se duas colônias portuguesas na América: o Brasil, conseguido pelo Tratado de Tordesilhas, e a Amazônia, conseguida devido às entradas dos portugueses em territórios a oeste da linha de Tordesilhas. Assim, quando Portugal se separou da Espanha em 1640, ele já havia se apossado de duas colônias que eram administradas separadamente. O Brasil era uma colônia e a região amazônica era outra. A única coisa que as duas tinham em comum era o fato de ambas pertencerem a Portugal.

Como os portugueses foram muito prejudicados, devido à perda de várias colônias, eles precisavam se reerguer economicamente e vislumbraram na Amazônia a oportunidade de pagar a conta dos prejuízos do seu reino.

Diante da difícil situação enfrentada por Portugal, a Amazônia começou a ser colonizada através de uma intensa

política de exploração econômica. A intenção era transformar a região em uma grande fornecedora de matérias-primas de produtos agrícolas, ou qualquer coisa útil que pudesse ser vendida no mercado europeu. Deu-se, então, o processo de exploração das chamadas drogas do sertão, mas, principalmente, buscaram-se metais preciosos e produtos do hábito alimentar indígena como: manteiga de ovos de tartaruga, peixes secos, etc.; enfim, qualquer produto que pudesse dar lucro aos europeus.

Apesar dos 140 anos que os separavam da época dos primeiros contatos com a América, os europeus pouco ou nada conheciam da Amazônia. Lembremos que as primeiras expedições apenas desciam o rio Amazonas e, no máximo, faziam pequenas incursões na floresta. Quando se aventuravam a ir mais além, sempre enfrentavam graves problemas. Como fazer, agora, para explorar economicamente o território? A resposta parecia simples. Era preciso dominar a região, mas para fazer isso, seria necessário utilizar os nativos como colaboradores ou como mão-de-obra escrava.

Para os europeus, os nativos eram seres inferiores, selvagens, destituídos de alma, representavam uma espécie de animal que, por capricho da natureza, possuía a forma humana e, como tal, deveriam ser domesticados e se tornar propriedade dos povos civilizados, exatamente como o gado, que é domesticado, tendo em vista o mercado. Neste caso, domesticar os nativos significava ensinar-lhes os valores das sociedades européias e submetê-los aos preceitos do cristianismo visando a sua adequação ao mundo civilizado como mão-de-obra escrava. Logo, em nenhum momento eles poderiam considerar os nativos como legítimos donos das terras que, a partir de então, consideravam como suas por direito de descoberta ou ocupação.

Se reconhecessem a humanidade dos nativos e compreendessem suas organizações políticas, econômicas e sociais como formas diferenciadas de organização, teriam que reformular o significado de suas ações e considerarem-se invasores de territórios já devidamente ocupados e destruidores de diversas outras formas de civilizações. Restariam então, como justificativas da conquista, o fato de terem armas de guerra com tecnologia superior, de serem intolerantes com etnias e valores religiosos diferentes dos seus e de não hesitarem em utilizar sua superioridade armamentista para submeterem outros povos à espoliação, de acordo com seus interesses econômicos.

E como foi fácil (naquele momento, em que por "amor" ao Deus hebreu queimavam-se pessoas em praça pública nos países ibéricos) justificar a inferioridade espiritual dos nativos da América. Afinal, a navegação para o novo continente só se fez possível a partir da última década do século XV. Como explicar então que filhos de Adão pudessem existir nessa parte do mundo? E se não eram filhos de Adão, de quem seriam? O Deus hebreu havia criado animais em toda a Terra, porém, criou apenas um homem, Adão, e dele todos descenderam, ocupando o mundo conhecido, o velho mundo. Animais ou criação do demônio? Qualquer escolha que se fizesse redundaria na necessidade de domesticação e na inferioridade espiritual e biológica.

Em ambos os casos, os nativos não poderiam herdar a Terra, pois segundo o Deus hebreu ela é herança de seu povo. Dessa forma, descartou-se o impedimento moral para a conquista da América Latina pelos europeus e, igualmente, descartou-se o impedimento legal, pois caso fossem crias do demônio, seria legítima a apropriação das terras como despojo de guerra contra os inimigos da "fé" e, caso fossem animais, não poderiam ser agraciados com o princípio do *uti possidetis*[1].

Fechando-se essa questão, o que restava era saber onde terminavam os domínios espanhóis e onde começavam os domínios de Portugal na América.

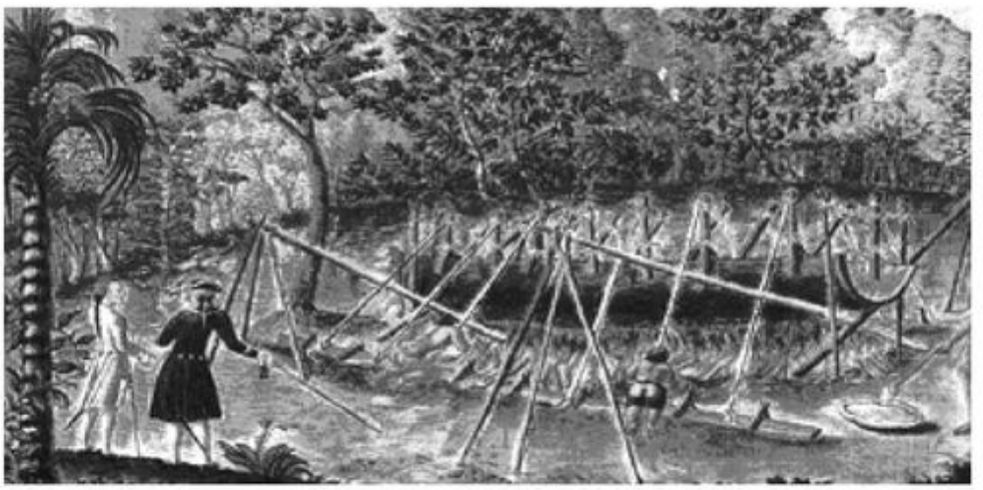


FIGURA 1: Fabricação de uma canoa no Alto Amazonas. Aquarela de Francisco Requeña y Herrera (1778-85).
FONTE: CUNHA, Manuela C. da (org). História dos Índios no Brasil. 1992.

A utilidade dos nativos para a colonização portuguesa estava ligada à execução de trabalhos pesados, à função de construtores de embarcações adequadas à navegação regional, (como se pode observar na ilustração 01, a construção de canoas) à de guia dos colonizadores pelas selvas desconhecidas e à tarefa de ensinar aos invasores sobre os produtos da floresta que eles poderiam utilizar para comerciar na Europa. Pode-se considerar, dessa forma que, além da exploração de trabalho dos nativos, dos produtos da fauna e da flora amazônica, os portugueses também exploraram os conhecimentos que os povos nativos já haviam consolidado sobre a Amazônia.

1 O *uti possidetis* é um princípio do Direito Romano segundo o qual a terra pertence a quem a ocupa efetivamente.

Isso nos remete a acontecimentos de nosso tempo, quando grande parte dos estrangeiros que estão na Amazônia dedica-se a pesquisar os conhecimentos das populações tradicionais sobre a fauna e a flora de nossa região. E, tem acontecido que substâncias largamente conhecidas das populações tradicionais amazônicas são patenteadas por grandes laboratórios ou instituições de pesquisas estrangeiras. Como se não bastasse o nosso passado, ainda hoje, no presente, os povos nativos e as populações tradicionais da Amazônia continuam sofrendo um intenso processo de espoliação de sua produção intelectual e do espaço natural que ocupam, em vários casos, milenarmente.

EXPANSÃO PORTUGUESA A PARTIR DO SÉCULO XVII

Com a construção do Forte do Presépio, os portugueses passaram a ter um ponto estratégico para iniciar as expedições de exploração ao interior do rio Amazonas. Os objetivos dessas expedições eram: a coleta das drogas do sertão e a captura de nativos para servirem como mão-de-obra para os portugueses nas terras ocupadas.

Para que esses objetivos fossem alcançados, os portugueses formavam expedições compostas por leigos (pessoas não pertencentes ao clero católico) e religiosos; os leigos eram compostos por dois segmentos: os colonos (aqueles que efetivamente iam se apossar das terras) e os militares (aqueles a quem cabia defender os colonos e os religiosos). Os religiosos tinham por função catequizar os nativos. Mas, além desses elementos, as expedições contavam ainda com a participação de nativos que se aliavam aos portugueses. Observe o mapa 06 e veja os avanços dos portugueses com essas expedições no decorrer dos séculos.

MAPA 6: Expansão portuguesa a partir do século XVII.
FONTE: Adaptado de RESENDE M. E. L. de; S.MORAES, A. M. de. Atlas Histórico do Brasil.

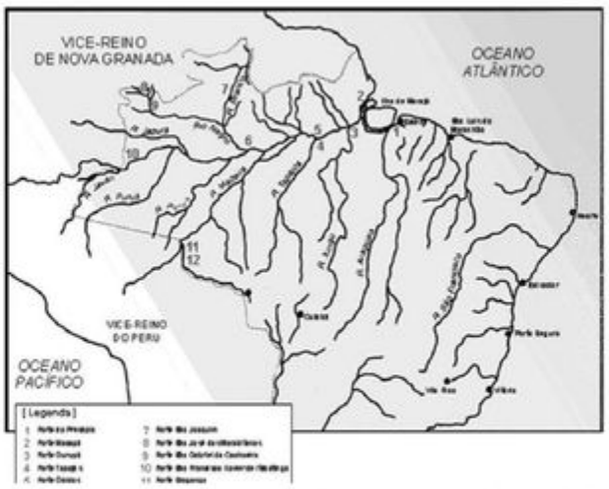
Expedições como essas duravam meses e procuravam acompanhar as épocas certas para as coletas dos produtos que buscavam, tais como: baunilha, cacau, cravo, resinas, ovos de tartaruga para a produção de manteigas, óleos e, além deles, os nativos. E foi através desse tipo de expedição que os portugueses aproximaram-se da Cordilheira dos Andes, iniciaram a penetração rumo ao Planalto Brasileiro, subiram o rio Negro e exploraram amplamente os afluentes do rio Amazonas.

À medida que as invasões portuguesas aos territórios dos povos nativos avançavam, era montada toda uma estrutura de suporte militar às expedições de invasão. As palavras de Diego Nunes foram consideradas ao pé da letra pelos portugueses. O rio Amazonas pareceu-lhes muito importante para que o recado fosse ignorado. Logo no começo do século XVII, eles deram início à construção de diversas instalações militares muito bem fortificadas para a época.

São exemplos de construção dessa natureza: o Forte do Presépio e o Forte de Gurupá, ambos construídos próximos à desembocadura do rio Amazonas, em sua margem direita. O Forte do Presépio (1616) é uma das mais antigas construções

portuguesas do século XVII e foi a partir dele que, posteriormente, originou-se a cidade de Belém do Pará.

Na margem esquerda do mesmo rio foi construída a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, também próxima à sua desembocadura. Os três fortes nessa região do rio Amazonas foram necessários para assegurar que nada entraria ou sairia pelo rio Amazonas sem que os portugueses tomassem conhecimento. A principal entrada para a região amazônica estava guarnecida.



MAPA 7: Fortes construídos para garantir a posse das terras amazônicas para Portugal.
FONTE: Adaptado de BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: História Latina Colonial. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Edusp e Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

Três outras fortificações, localizadas em pontos estratégicos da região do rio Negro, também tiveram a função de fechar as portas da Amazônia para outras nações européias: o Forte de São José do Rio Negro e o Forte de São José das Marabitanas, construídos para evitar que espanhóis, ingleses, franceses e holandeses se utilizassem das ramificações do rio Negro para terem acesso ao interior da dita região, além do Forte São Joaquim, no Rio Branco. Mais uma tentativa portuguesa para evitar a navegação de regiões costeiras ou do interior das invasões espanholas até o rio Amazonas através

das ramificações desses importantes rios. Através desses fortes, Portugal tornava-se senhor absoluto do interior da grande região amazônica, como se pode observar no mapa 07.

Os fortes não serviam apenas para que Portugal defendesse as terras que havia invadido do risco constante de invasão por parte de outras nações européias. Aqueles fortes eram os principais pontos de apoio para os religiosos e suas missões, para os colonos e suas terras e para as expedições ao interior da região, na busca de drogas do sertão e mão-de-obra escrava.

O PAPEL DOS MISSIONÁRIOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

À medida que os territórios eram invadidos, novos fortes eram construídos e nos arredores estabeleciam-se as missões religiosas. Essas missões ocupavam, preferencialmente, as margens do rio Amazonas e compunham-se de membros de ordens religiosas como: jesuítas, mercedários, franciscanos e carmelitas.

Durante o período no qual desenvolveram o processo de colonização da Amazônia, através da construção de fortes, das missões religiosas, das expedições de exploração e do trabalho escravo, os portugueses destruíram grande parte das populações nativas.

A catequização, levada a efeito pelos religiosos, tinha a missão de convencer os índios a abandonarem as antigas crenças em suas divindades e a se tornarem cristãos, seguidores do Deus dos colonizadores. Pretendia também que os nativos abandonassem seus costumes e suas tradições e que adotassem os hábitos e valores do invasor europeu. Agindo contra todas as culturas dos povos da Amazônia, os

religiosos diziam que estavam civilizando os nativos porque entendiam como civilização apenas as culturas européias.

Na realidade, as ações daquelas missões contribuíram propositadamente para a desorganização das sociedades nativas e serviram de forma bastante eficiente para ajustá-las aos interesses do Estado português e para justificar as guerras dos portugueses invasores contra aquelas sociedades.

As primeiras vítimas da invasão portuguesa à Amazônia foram as sociedades nativas que ocupavam as regiões às margens do rio Amazonas. À medida que os fortes eram construídos, aquelas sociedades iam sendo consumidas pelas guerras e pelo trabalho escravo na busca de drogas do sertão. As poucas que restavam eram absorvidas pelas missões que se localizavam, preferencialmente, às margens do rio Amazonas; outras, no entanto, para escaparem à dizimação, fugiam para os centros das selvas. Os nativos absorvidos pelas missões iam trabalhar na construção de roças e outras atividades que tivessem por finalidade a criação da infra-estrutura dos aldeamentos.

Os aldeamentos eram os locais utilizados pelos religiosos para a catequização das sociedades nativas, onde elas deveriam esquecer suas identidades e assumir aquela que o colonizador lhes obrigava a externar.

FIGURA 2: Aldeamento sob controle dos missionários.
FONTE: RUGENDAS, Johann Mortiz. O Brasil de Rugendas. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998. Prancha 10.

Os aldeamentos eram os locais utilizados pelos religiosos para a catequização das sociedades nativas, onde elas deveriam esquecer suas identidades e assumir aquela que o colonizador lhes obrigava a externar.

Em páginas anteriores comentamos que os cronistas registraram uma intensa atividade comercial entre os nativos. É possível considerar que o processo de conquista das margens do rio Amazonas e de outros rios pelos portugueses, como o Negro e o Madeira, por exemplo, pode ter causado dificuldades para essa atividade de comércio, uma vez que os contatos entre grandes regiões ou entre os povos das várzeas e os povos das terras-firmes foram interrompidos; e não se deve descartar a possibilidade de graves dificuldades políticas entre os povos nativos, porque as migrações para o interior da selva podem ter significado deslocamentos de grupos humanos para territórios já ocupados por outros povos. Mais ainda, as populações que migravam das margens dos rios para as terras-firmes poderiam não estar completamente adaptadas àqueles novos ambientes. Logo, podem ter ocorrido sérios problemas no processo de produção de

alimentos dos nativos e, para piorar ainda mais esse quadro, os portugueses trouxeram doenças com as quais os nativos não sabiam lidar; ou seja, aqueles povos estavam diante de uma realidade que talvez nunca tivessem vivenciado antes, a possibilidade de fome generalizada.

EXPEDIÇÃO DE PEDRO TEIXEIRA (1637-1639)

No contexto de disputas territoriais, em 1637, três anos antes do fim da União Ibérica, os portugueses iniciaram, com a justificativa de defenderem a área da Amazônia de invasões de outras nações da Europa, a partir da Capitania do Grão-Pará, sob o comando do governador do Estado do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha (1636-1638), uma expedição para subir o rio Amazonas e o rio Napo até chegar a Quito, no Equador. Essa expedição tinha a tarefa de tomar posse, em nome da coroa portuguesa, de todas as terras por onde passasse, pois os portugueses sabiam de possíveis expedições espanholas para a conquista da dita área. Esta foi a famosa expedição de Pedro Teixeira, a primeira a percorrer todo o rio Amazonas, no sentido leste para oeste, ou seja, subindo o rio.

Faz-se necessário destacar que essas ações de ampliação do território português foram realizadas por autoridades legalmente constituídas e reconhecidas pela monarquia filipina. Isso parece uma ambigüidade da estrutura de poder instaurada pela União Ibérica, mas não era. Na verdade era um mecanismo utilizado pela coroa espanhola para diminuir os impactos provocados pela tomada do trono português. Como se pode observar na citação abaixo.

Todavia, se no plano jurídico a expressão não causava desentendimento, o mesmo não ocorria nos desdobramentos políticos da questão. Lembremos, outrossim, que a relativa autonomia reconhecida e concedida por Filipe II (Felipe I, de

Portugal) aos portugueses nas Cortes de Tomar, em 1581, para minimizar os traumas da ocupação do trono lusitano pelo rei espanhol, assegurava-lhes a manutenção de um "sentimento patriótico", cujo chama não sucumbiu às tentadoras influências hispanizantes. Este "sentimento patriótico" é perceptível já em 1616, quando a região em que foi construído o Forte do Presépio foi batizada de Feliz Lusitânia. A nova toponímia é indicadora de que aquela conquista realizava-se, não somente pela, mas para a Coroa de Portugal, e que seria reclamada, quando o reino recobrasse sua independência. Destarte, o "serviço de Deus e de Sua Majestade" não estava sendo apreendido de forma uníssona por espanhóis e portugueses, principalmente nos territórios coloniais sul-americanos. (UGARTE, 2004).

Diante desse contexto de disputa e, ao mesmo tempo, de desconfiança entre portugueses e espanhóis, as medidas tomadas pelos portugueses eram legítimas e reconhecidas pelo governo espanhol, gerando um clima de tensão entre eles.

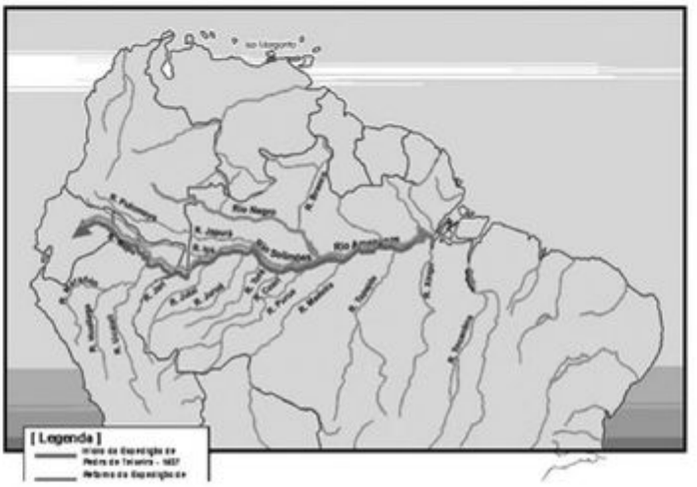
A chegada de membros de uma expedição espanhola a Belém estimulou ainda mais o governador de Estado do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, a organizar uma expedição para subir o rio Amazonas até Quito, no Peru, pois se não o fizessem os espanhóis o fariam.

O escolhido para comandar essa expedição era um homem experiente e conhecia bem o Baixo Amazonas, pois tinha participado das lutas para expulsar os holandeses, ingleses e franceses da região amazônica. Pedro Teixeira estava gabaritado, devido à sua experiência na região, para dar prosseguimento a uma empreitada tão desafiadora.

Em outubro de 1637, Pedro Teixeira saiu de Gurupá com 70 portugueses e mamelucos e 1.100 índios, distribuídos em 47 canoas. Tinham como guia frei Domingos de Brieva e como piloto o português Bento da Costa. De acordo com

Antonio Porro, o primeiro mapa aproximado do rio Amazonas foi feito por esses dois guias.

Dez meses mais tarde, em fins de 1638, os expedicionários concluíram a subida do rio Amazonas e do Napo, chegando à Audiência de Quito, no Peru, onde foram recebidos com festejos e desconfianças. Pedro Teixeira teve que apresentar às autoridades administrativas espanholas um relatório da expedição, sendo inquirido, ainda, a justificar os motivos que levaram o governador do Estado do Maranhão a realizar tal empreendimento. As autoridades espanholas em Quito se assustaram com os reais objetivos da expedição, informando imediatamente ao rei Felipe IV as intenções de Pedro Teixeira, que tinha sido incumbido pelo governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará de tomar posse de todas as regiões abaixo da província Omágua em nome da coroa de Portugal, na viagem de volta a Belém.



MAPA 8: Trajeto da expedição de Pedro Teixeira – 1637-1639.
FONTE: BENTES, Dorinethe dos Santos; ROLIM, Amarildo Rodrigues. História do Amazonas: São Paulo: Moderna LTDA, 2005.

De acordo com Auxiliomar Ugarte, devido ao crescente movimento pró-independência de Portugal, as autoridades castelhanas só tinham motivos para se preocupar com a

situação, dado que não estavam alheias às influências e desdobramentos do movimento separatista na conduta das autoridades portuguesas na América. Os dirigentes castelhanos atentavam para as ações sincronizadas que ocorriam em Portugal e nos estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará. Entretanto, as suspeitas ficaram provadas, momentaneamente, no plano jurisdicional, pois as ações portuguesas encontravam-se, ainda, sob a ordem da União Ibérica, e a autoridade de Felipe IV era evocada para legitimar as ações dos dirigentes coloniais portugueses. Em outros termos, a Audiência de Quito dispunha de provas somente para culpabilizar um desmando administrativo do governo do Maranhão, mas não era possível relacioná-las ao crime de lesa-majestade, vindas de uma ação separatista.

Devido a essa situação de desconfiança entre as autoridades espanholas e os membros da expedição de Pedro Teixeira, o retorno dos expedicionários foi sendo retardado e a autorização para o retorno só aconteceu em janeiro de 1639. As autoridades da Audiência de Quito resolveram enviar dois observadores na viagem de retorno ao Estado do Maranhão escolhidos com bastante critério para a atividade que deveriam desempenhar. Os escolhidos foram os padres jesuítas Cristóbal de Acunã e Andrés Artieda.

De acordo com as orientações de Jacóme Raimundo Noronha, na viagem de retorno, Pedro Teixeira, a partir da região dos Omágua, veio tomando posse das terras recém-descobertas em nome da Coroa Portuguesa.

Apesar de ter sido extremamente danosa para os habitantes locais, como nenhuma outra expedição até então realizada, a viagem de Pedro Teixeira produziu relatos mais seguros acerca da extensão territorial da atual Amazônia, além de informações mais detalhadas sobre as diversas populações nativas. A partir dessa expedição, iniciaram-se as

primeiras ocupações européias no que se compreende como sendo o Estado do Amazonas hoje.

Com o fim da União Ibérica, Portugal assumiu novamente o controle do Brasil e da maior parte da região amazônica por onde passou a expedição de Pedro Teixeira. E para controlar satisfatoriamente seus grandes domínios na América, o Estado português alterou o sistema administrativo de suas colônias novamente: o Estado do Maranhão foi extinto em 1652; a partir de 1654 foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, compreendido pelo antigo Estado do Maranhão e pela região Norte, anexada pelos portugueses a partir da expedição de Pedro Teixeira. No intervalo compreendido entre os anos de 1652 e 1654, o antigo Estado do Maranhão ficou sob o controle do Governo-Geral do Brasil.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. Descubrimiento Del Amazonas. Colección Buen Aire. Emecé Editores. S.A. Buenos Aires, 1942.

ACUÑA, Cristóbal de. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. Rio de Janeiro, AGIR, 1994. Tradução de Helena Ferreira.

ACUÑA, Cristóbal de. Nuevo Descubrimiento del Gran Rio del Amazonas. In FIGUEROA; ACUÑA Y OTROS. Informes de Jesuítas en el Amazonas (1660-1684). Iquitos: CETA, 1986, col. Monumenta Amazónica B (l).

ADONIAS, I. A cartografia da região amazônica. Catálogo descritivo, 1500-1961, 2 vols. Rio de Janeiro, 1963.

AGUADO, Fray P. de, 1918. Historia de Venezuela escrita en 1561. Edición de Jerónimo Bécquer, 2 vols. Madrid.

ALMESTO, P. de. Relación verdadera de todo lo que sucedia en la Jornada de Omagua y Dorado que el gobernador Pedro de Orsúa fue a descubrir por poderes y comisiones que le dío el virey Marques de Canete, desde el Perú, por un río que llaman de Amazonas, que por otro nombre se dice el río Marañón, el cual tiene su nacimiento en el Perú, y entra en el mar cerca del Brasil. Trátase asimismo del alzamiento de don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre, y de las crueldades de estos peruersos tiranos. [Editado pelo Marquês de la Fuensanta del Valle]. Colección de Bibliófilos Espanoles, tomo XX. Madrid, 1881.

ALMESTO, P. de. Relación verdadera de todo lo que sucedia en la Jornada de Omagua y Dorado que el gobernador Pedro de Orsúa Júe a descubrir por poderes y comisiones que le dio el virey Marqués de Canete, desde el Perú, por un río que llaman de Amazonas, que por otro nombre se dice el río Marañón, el cual tiene su nacimiento en el Perú, y entra en el mar cerca del Brasil. Trátase asimismo del alzamiento de don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre, y de las crueldades de estos perversos tiranos. [Editado por Manuel Serrano Sanz], Nueva Biblioteca de Autores Espanoles, tomo XV. Madrid, 1909.

ALMESTO, P. de. Relación verdadera de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado que el gobernador Pedro de Orsúa fue a descubrir por poderes y comisiones que le dio el

virey Marquês de Cañete, desde el Perú, por un río que llaman de Amazonas, que por otro nombre se dice el río Marañón, el cual tiene su nacimiento en Perú, y entra en el mar cerca de Brasil. Trátase asimismo de alzamiento de don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre, y de las crueldades de estos perversos tiranos, pp. 99-223, en Díaz Maderuelo, R., G. de Corucyal, P. de Aíniesto y Alonso de Rcyas. La aventura del Amazonas. Historia 16, Información y Revistas, S. A., Madrid, 1986.

AMEZAGA, E. Yo, demonio... Andamos y naueganzos de Lope de Aguirre, fuerte caudillo de los invencibles marañones. Bilbao, 1957.

ARCINIEGA, R. Dos rebeldes españoles en Perú. Buenos Aires, 1946.

ARTECHE, J. De. Lope de Aguirre, traidor. La trage dia del fuerte caudillo de los invencibles marañones. Biblioteca Vascongada de Amigos del País, San Sebastian, 1951.

ARZANS, de Orsua y Vela, B. Historia de la Villa imperial de Potosí [Ed. De Lewis Hanke & Gunnar Mendoza], 3 vols. México, D. F. 1964-1965.

AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Edição Fac-símile. Belém, SECULT, 1999.

BANDELIER, A. F. The Gilded Man (ElDorado) and other pictures of the Spanish occupancy of América. New York, 1893.

BAYLE, C. ElDorado fantasma. Madrid, 1943.

BAYO, C., s. d. C. Los Maranones. Madrid, 1913.

BAYO, C., s. d. Los caballeros de ElDorado. Madrid. [s.d]

BEERREDO, Bernardo Pereira de. Anais Histórico o Estado do Maranhão. 4.ª edição. São Luís, Alumar/Tipo, 1988.

BENITEZ. Vinuesa, L. Argonautas de la Selva. México, D. F., 1945.

BENTES, Dorinethe dos Santos e ROLIM, Amarildo Rodrigues. História do Amazonas. São Paulo. Moderna LTDA, 2005.

BEOZZO, José Oscar. Leis e Regimento das Missões: política indigenista no Brasil. São Paulo, Loyola, 1983.

BETTENCOURT, Gastão de. A Amazônia no Fabulário e na Arte. Lisboa. Dos Institutos de Coimbra e Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1946.

BOLLAERT, W. The expedition of Pedro de Ursua and Lope de Aguirre in search of ElDorado and Omagua in 1560-61. Hakluyt Society, London, 1861.

BOOY, T. de. Lope de Aguirre. The Am. hist. Rev. Nov. 1919.

BORREGAN, A. Crônica de Ia conquista del Perú [Ed. Por Rafael Loredo]. Sevilla, 1948.

BOXER, Charles R. AQ Idade de Ouro do Brasil. 3ª. edição. Rio de Janeiro, 2000.

BRICENO, Picon, A. El tirano Aguirre. Paris & México, D. F., 1903.

BRINDIS, Pérez, C. Lope de Aguirre, precursor de Ias libertades hispanoamericanas. Ciudad Bolívar, 1927.

BURMEISTER, L. G. Lope de Aguirre y Ia jornada de los Marañones. Buenos Aires, 1941.

BUSTO, Duthurburu; J. A . de, Francisco de Orellana. Lope de Aguirre. Biblioteca Hombres del Perú, vol. XXI. Lima, 1963.

CABELLO Balboa, M. História del Perú [Ed. Por Horacio H. Urteaga & Carlos A. Romero]. Lima, 1920.

CAMPO, L. Del. Pedro de Ursúa, conquistador español del siglo XVI. Ensayo biográfico. Pamplona, 1970.

CAMPRA, R.; A. Morino. Lo Sventurato viaggio di Lope de Aguirre. Dalla cronaca al mito, in Letterature d'America 2(6). Roma, 1981.

CARO BAROJA, J. El señor Inquisidor y otras vidas por oficio. Alianza Editorial [El Libro de Bolsillo 114], Madrid, 1968.

CARVAJAL, Gaspar de. ... Relacíon del famosísimo y muy poderoso río llamado el Marañón... segun Io que escribió un devoto padre de la Órden de los Predicadores, llamado frey Gaspar de Carvajal, que en todo se halló presente su persona... In OVIEDO Y VALDEZ, Gonzalo Fernandez de. Historia General y Natural de Ias Índias. Islas y Tierra-Firme del Mar Océano. Madri, Real Academia de Ia Historia, 1855, Tercera Parte, Tomo IV, Cap. XXTV, pp. 541-574 (1542).

CARVAJAL, Gaspar de. Relação do novo descobrimento do famoso Grande Rio que descobriu por mui grande ventura o Capitão Francisco de Orellana. In CARVAJAL; ROJAS;

ACUÑA. Descobrimentos do rio das Amazonas. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1941. Tradução e notas por C. Melo-Leitão (Col. Brasiliana, vol. 203).

CARVAJAL, Gaspar de. Relação do Río Marañón segundo o que escreveu frei Gaspar de Carvajal. In PORRO, Antônio. As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARVAJAL, Gaspar de. Relacíon que escribió fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de Ia Orden de Santo Domingo de Guzman, del Nuevo Descubrimiento del Famoso Río Grande que Descubrió por muy Gran Ventura el Capitan Francisco de Orellana desde su Nacimiento hasta Salir a lar Mar, con Cinquenta y Siete Hombres que Trajo Consigo y se Echo a su Ventura por el Dicho Río, y por el Nombre del Capitán que le Descubrió se Llamó el Río de Orellana. In CARVAJAL; ALMESTO; ROJAS. La aventura del Amazonas. Madri, Historia 16 (Crónicas de América 19), 1986. Edição de Rafael Díaz.

CARVAJAL; ROJAS; ACUNA. Descobrimentos do rio das Amazonas. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1941. Tradução e notas por C. Melo-Leitão (Col. Brasiliana, vol. 203). 1641.

CHAPMAN, W. The golden dream Seekers of ElDorado. Indianapolis, Kansas City & New York, 1967.

CIEZA de León, P. de, Guerras civiles del Perú. Tomo I: Guerra de Ias Salinas. García Rico, Madrid, 1554.

CORTESÃO, J. A lenda do lago Dourado e das Amazonas. Bolmgeogr. brasil. 4(2), 1947.

CROVETTO, P. L.; E. Franco, eds. Aguirre il traditore. Gênova, 1982.

CUERVO, A. B. Colección de documentos inéditos sobre Ia geografia y Ia historia de Colômbia. Bogotá, 1892.

CUNEO VIDAL, R. Las leyendas geográficas del Peru de los Incas: ElDorado, Ias Amazonas, Jauja. Boln Acod. Hist., Madrid, 1925.

DIAZ MADERUELO, R. G. de. Carucyal; P. de Almesto; Alonso de Rojas. La aventura del Amazonas. Historia 16, Información y Revistas, S. A., Madrid. [Crónicas de América XIX], 1986.

DRUMOND, C., 1950. A carta de Diogo Nunes e a migração dos Tupi-guaranis para o Peru. Revista de História, São Paulo 1(1): 95-120.

FAE, Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1991.

FEBRES CORDERO, J. Los Dorados y el Parima. Caracas, 1947.

FERNÁNDEZ, D. Historia del Perú, in Juan Pérez de Tudela, ed.. Crónicas de Perú, 5 vols. Madrid, 1963-1965.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (memórias antropológicas). Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura, 1974.

FIGUEROA, Francisco de. Informe de las Misiones en el Marañón, Gran Pará o Rio de las Amazonas. In FIGUEROA; ACUNA Y OTROS. Informes de Jesuítas en el Amazonas (1660-1684). Iquitos: CETA, 1986, col. Monumenta Amazónica B (l).

Fonte de Internet:

http://bnd.bn.pt/ed/viagens/brasil/11_tratado_tordesilhas.html.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Da fala boa ao português na Amazônia Brasileira. In: Manaus. Museu Amazônico/Universidade do Amazonas, n.° 06, jan/dez de 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição Oral e Memória Indígenas: A Canoa do Tempo. In: 4.° Coloquio UERJ. América: Descoberta ou Invenção. Rio de Janeiro. Imago, 1992.

FRITZ, Samuel (1686-1723). O diário do Padre Samuel Fritz: In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1918 V. 81 (ano 1917). Com introdução e notas de Rodolfo Garcia.

FRITZ, Samuel (1691). Mapa Geographica del Río Marañón ó Amazonas, en Rio Branco, 1899 (Atlas. 86-A, 86-B).

FRITZ, Samuel. Diário da descida do padre... In PORRO, Antônio. As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRITZ, Samuel. Diário do padre... In MARONI, Pablo (1738). Noticias Autênticas del Rio Marañón. Iquitos: CETA, 1988, Col. Monumenta Amazónica B (4).

FUENSANTA DEL VALLE, Marqués de la. Relación verdadera de la jornada de Omagua y ElDorado. Colección de Bibliófilos Españoles XX. Madrid, 1881.

GALINDEZ, J. Dos nuevas biografias sobre Lope de Aguirre. Euskojakintza 2(4-5), 1948.

GANDIA, E. de. História critica de los mitos y leyendas de Ia conquista americana. Buenos Aires, 1946.

GARATE, J. Como ven los vascos a Lope de Aguirre. Boln. Amer. Est. Vascos 14, 16, 17, 20, 1953-1955.

GARCILASO, de Ia Veja. História general del Perú. 2 vols. Buenos Aires, 1939.

GÓMEZ PÉREZ, M. del C. Pedro de Heredia y Cartagena de Ias Índias. Sevilla, 1984.

GUTIÉRREZ de Santa Clara. Quinquenarios o historia de Ias guerras civiles del Perú. in Juán Pérez de Tudela, ed.. Crónicos del Peru. 5 vols. Madrid, 1963-1965.

HAGEN, V. W. von. The golden man: The quest for el Dorado. Farnborough, Hampshire, 1974.

HEMMING, J. En busca de ElDorado. Barcelona, 1984.

HERIARTE, Maurício de. Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874.

HOORNAERT, Eduardo (Coord.) História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

ISPIZUA, S. de. Los Vascos en América. In Historia de América 2 (5). Madrid, 1918.

JEREZ, F. de. Verdadera relación de Ia conquista del Perú y provincia del Cuzco, llamada Ia Nueva Castilla. In Enrique de Vedia, ed., Historiadores primitivos de índias, 2 vols. Madrid, 1946-1947.

JIMÉNEZ de Ia Espada, M. La jornada del capitán Mercadillo a los Índios Chupachos e Iscaicingas. Boln Soc. geogr. Madrid, 1895. (p.p. 37: 197-237).

JIMÉNEZ de Ia Espada, M. E. Centenário del Amazonas. La expedición de Orellana y sus problemas históricos, Fuentes y bibliografía. Revta de Índias 11-14, 1942-1943.

JIMÉNEZ de Ia Espada, M. E. Ciência y osadía sobre Lope de Aguirre, el peregrino, con documentos inéditos. Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilia, 1950.

JIMÉNEZ de Ia Espada, M. Relaciones Geográficas de Índias, 3 vols. Madrid, 1965.

JOS, E. La expedición de Ursúa al Dorado. La rebelión de Lope de Aguirre y el itinerário de los Marañones. Huesca, 1927.

LA CRUZ, Fr. Laureano de. (1653). Novo Descobrimento do Rio Marañón, chamado das Amazonas. In PORRO, Antônio. As crônicas do rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993.

LA CRUZ, Fr. Laureano de. Nuevo descubrimiento del Marañón llamado de las Amazonas hecho por la Religión de S. Francisco, año de 1651. In COMTE, Fr. Francisco Maria. Varones Ilustres de la Orden Seráfica en el Ecuador desde la Fundacion de Quito hasta Nuestros Dias. Quito: Imprenta del Clero. 2.ª ed. Quito:Imprenta del Clero, 1885. tomo I.

LA CRUZ, Fr. Laureano de. Nuevo descubrimiento del rio de Maranón llamado de las Amazonas por Fr. Laureano de La Cruz (1651). Madrid, Biblioteca de La Irradiación, 1900.

LASTRES, J. B. & C. Alberto Seguin. Lope de Aguirre el rebelde. Estudio histórico-psicológico. Buenos Aires, 1942.

LATHRAP. Donald. O Alto Amazonas. Lisboa, Verbo, s/d.

LEVILLIER, R. El Paitíti, ElDorado y las Amazonas. Buenos Aires, 1976.

LIMA, Regina Márcia de Jesus. A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (18521889). Niterói, Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado). 1978.

LIZÁRRAGA, R. de. Descripción breve de toda la tierra del Perú, Tucumán, Río de la Plata y Chile [Est. preliminar de Mário Hemández Sánchez-Barba], Biblioteca de Autores Espanoles CCXVL. Madrid, 1968.

LOCKHART, J. El mundo hispanoamericano. 532-1560. México, D. F., 1982.

LOHMANN Villena, G., 1956. El Marañón. Revta de Índias 1956: 271-302.

LOPEZ, C. F. Lope de Aguirre el peregrino, apellidado el Tirano. Primer caudillo libertario de América. Historia de su vida. Caracas, 1947.

MALDONADO, Fr. José O.F.M de; ACUÑA, Cristobal S. J. de. Relaciones Del descubrimiento Del Rio de las Amazonas. Revisado y anotado por MEDINA, Juan B. Bueno. Imp. Instituto gráfico limitada. Bogotá, 1942.

MALFATTI, C. Tres relaciones de viajes por el río Marañón, llamado también de las Amazonas. Barcelona, 1952.

MAMPEZ Gonzáiez, E.; N. Escandell Tur, eds. Lopes de Aguirre. Crónicas, 1559-1561. Barcelona, 1981

MARCOY, Paul. Viagem pelo rio Amazonas. Manaus: Edições do Governi do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2000, tradução, introdução e notas de Antonio Porro.

MARTINENGO, A. II soldato-cronista Pedrarias de Almesto, ovvero storia di una riabilitazione letteraria. Misc. Studi ispanici, Pisa 3, 1974.

MARTÍNEZ Mendoza, J. La leyenda de El Dorado. Su historia e influencia en Ia Venezuela antigua. Caracas, 1967.

Martins, José de Souza. Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, HUCITEC, 1997.

MEGGERS, Betty. Amazônia, a Ilusão do Paraíso. São Paulo / Belo Horizonte, Udusp / Itatiaia, 1982.

MELLO E SOUZA, Laura de. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

MONGUÍA, P. de Relación breve fecha por Pedro de Monguia... de Io más sustancial... de Ia jornada del Gobernador Orsúa... e del alzamiento de Lope de Aguirre [1651]. Colección de Documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de Ias antíguas posesiones españolas en América y Oceania, del Archivo de Índias, Torno IV, pp. 191-215. Madrid, 1885.

MONTEIRO, Mário Ipiranga. História da Cultura Amazonense. Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1977, vol. I.

MONTESINOS, F. Anales del Peru [Ed. Por Victor M. Maurtua], 2 vols. Madrid, 1906.

MORALES PADRÓN, F. Historia del descubrimiento y conquista de América. Madrid, 1963.

MORÁN, Emílio F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1990.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a menoria (1750/1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

MORENO Echeverria; J. M. Los Marañones. Barcelona, 1968.

MUÑOZ de San Pedro, M. Tres testigos de Ia conquista del Perú. Buenos Aires, 1953.

NAIPAUL, V. S. The loss of El Dorado. A History. London, 1969.

NEVES, Eduardo Góes. "A Velha Hiléia". Paisagens e passado dos povos amazônicos".In MAE/USP. BRASIL 50 mil anos. Uma Viagem ao Passado Pré-Colonial. São Paulo, MAE; Edusp, 2001.

Nova enciclopédia BARSA. Encyclopaedia Britannica do Brasil. Rio de Janeiro; São Paulo, 1997, VOLUMES 1,3,10.

NUNES, D. Nuevo descubrimiento del río de Marañón llamado de las Amazonas por Fr. Laureano de La Cruz. Biblioteca de La Irradiación. Madrid, 1651.

NUNES, D. 1840. Apontamento do que V. A. quer saber (carta a D. João III de Portugal). Revista Inst. hist. geogr. brasil., Rio de Janeiro 2: 365-369 (3.ª ed., 1916, pp. 375-379).

NUNES, D. Apontamento do que V. A. quer saber (carta a D. João III de Portugal), pp. 365-369, in História da colonização portuguesa do Brasil, Vol. 3. Porto, 1921-1924

NUNES, D. Carta de Diogo Nunes a D. João III de Portugal. In PORRO, Antônio. As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis, Vozes, 1993.

NUNES, D. Nuevo descubrimiento del Marañón llamado de las Amazonas hecho por la Religion de S. Francisco, año de 1651. In COMTE, Fr. Francisco Maria. Varones Ilustres de la Orden Seráfica en el Ecuador desde la Fundacion de Quito hasta Nuestros Dias. 2.ª ed. Quito: Imprenta del Clero, 1885.

NUNES, Diogo (1553). A carta de Diogo Nunes e migração dos tupi-guarani para o Peru. In Revista de História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1950, introdução de Carlos Drumond, vol. I (I).

ORAMAS, L. R. Em pos de El Dorodo. Caracas, 1947.

ORTIGUERA, T. de. Jornada del río Marañón. [Editado por M. Serrano y Sanz]. Nueva Biblioteca de Autores Espanoles, Madrid, 1909.

ORTIGUERA, T. de. T. de. Jornada del río Marañón. [Estudio preliminar de D. Mário Hemández Sánchez-Barba]. Biblioteca de Autores Espanoles, Tomo CCXVI (pp. 215-358). Madrid, 1968.

OTERO Silva, M., 1979. Lope de Aguirre, príncipe de la libertad. Barcelona. [S.D.]

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; OVERAL, William Leslie; PUJO-LUZ, José Roberto. O novo Éden: A fauna

da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Ildefonso (1777).

PEREIRA, André (1616). Relação do que há no grande rio das Amazonas, novamente descoberto. In Anais da Biblioteca do Pará. Belém, 1902. Tomo I.

PÉREZ de Tudela, J. Crónicos del Perú. 5 vols. Madrid, 1963-1965.

PORRAS Barrenechea, R. Los relaciones primitivas de Ia conquista del Perú. Paris, 1937.

PORRO, Antonio (no prelo) – "Mitologia heróica e messianismo na Amazônia seiscentista", Revista de Antropologia, São Paulo, vol. 30.

PORRO, Antonio 1983-1984 - "Os Solimões ou Jurimáguas. Território, migrações e comércio intertribal", Revista do Museu Paulista, São Paulo, NS, vol. 29, p.23-28.

PORRO, Antonio 1985 – "Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia", Revista do Museu Paulista, São Paulo, NS, vol. 30, p. 7-12.

PORRO, Antonio 1986 - "As tribos indígenas do rio Amazonas: bibliografía comentada do período colonial", Boletim de Pesquisa da CEDEAM, Manaus, Universidade do Amazonas, Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, vol.5 (8), p. 120-147.

PORRO, Antonio 1987 – "O antigo comércio indígena na Amazônia", D. O. Lectura, São Paulo, Ano 5, n.º 56 (janeiro 1987), p. 23

PORRO, Antonio. As Crônicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis. Vozes, 1993.

PORRO, Antonio. O povo das Águas. Ensaios de Etno-História Amazônica, São Paulo: Edusp; Petrópolis: Vozes, 1995.

POSADA, E. ElDorado: L'homme doré. Liège, 1925.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1988.

RAMOS Pérez, D. Examen crítico de Ias noticias sobre el mito del Dorado. Cultura universit., Caracas 41: 19-58, 1954.

RAMOS, Pérez D. El mito del Dorado, su génesis y proceso, con el 'Discovery' de Walter Raleigh (traducción de Betty Moorej y otros papeles doradistas. Caracas, 1973.

RAMOS, Pérez D. Lope de Aguirre en Cartagena de Índias y su primera rebelión. Revta de Índias 73-74: 511-540, 1958.

REIS, Arthur C. Ferreira. O Processo Histórico da Economia Amazonense. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial,1944.

REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a cobiça Internacional. 5.ª edição. Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Artur César Ferreira. História do Amazonas. 2.ª edição. Manaus / Belo Horizonte: SCA / Itatiaia, 1989.

Rio das Amazonas. Graz/Áustria, Akademische Druke- u. Verlagsanstait, 1964 (fac-símile dos mss. 5880 e 5879 da Biblioteca Nacional de Viena).

RODRIGUEZ, J. M. ElDorado. Boln Hist. Antigu. Bogotá 12(138); 354-361, 1919.

ROJAS, Alonso de (1639). Descobrimento do rio das Amazonas e suas dilatadas províncias. In CARVAJAL; ROJAS; ACUNA. Descobrimentos do rio das Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Tradução e notas por C. Melo-Leitão (Col. Brasiliana, vol. 203).

ROJAS, Alonso de. Relación del Descubrimiento del Rio de Ias Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y Declaración del Mapa donde está pintado. In JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. "Viaje del Capitán Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de Ias Amazonas (1637-1638)". In Boletín de Ia Sociedad Geográfica de Madrid, 1882. Tomo XIII.

ROJAS, Alonso de. Relación del Descubrimiento del río de Ias Amazonas, hoy S. Francisco de Quito y Declaración del Mapa donde esta pintado. In CARVAJAL; ALMESTO; ROJAS. La aventura del Amazonas. Madri, Historia 16 (Crónicas de América 19), 1986. Edição de Rafael Díaz.

RUGENDAS, Johann Mortiz. O Brasil de Rugendas. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998. Prancha 10.

ROMANO, Ruggiero. Os Mecanismos da Conquista Colonial. São Paulo, Perspectiva, 1972.

ROOSEVELT, Anna C. "Arqueologia amazônica". In: CUNHA, Manuela C. da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras / Fapesp, 1992.

RUIZ, H. La búsqueda de El Dorado por Guyana. Anuário Estud. amer. 1959: 1-166. 1959.

RUIZ, H. Esencia del mito Dorado. Estudios americanos 14: 71-72. 1957.

RUMAZO González. J. La región amazónica del Ecuador en el siglo XVI. Anuário Estud. amer. 3: 1-268. 1946.

SAMPAIO, Francisco Xavier de Ribeiro de. As viagens do Ouvidor Sampaio (1774/1775). Manaus, ACA Fundo Editorial, 1985.

SENDER, R. J. La aventura equinocial de Lope de Aguirre. Madrid, 1967.

SERRANO; SANZ, M. Relación verdadera de Ia jornada de Omagua y ElDorado. In Historiadores del Índias. Tomo II. Nueva Biblioteca de Autores Espanoles XV. Madrid, 1909.

SILVEIRA, S. E. da. Relação sumária das cousas do Maranhão. Lisboa, 1624.

SIMÓN, Fray P. de. Notícias historiales de Ias conquistas de Tierra Firme en Ias Índias Occidentales, 2 vols. Academia Nacional de Historia. Caracas, 1963.

SOUTHEY, R. The Expedition of Orsua; and the crimes of Aguirre. By Robert Southey, Esq. LL. D. Poet Laureate. Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, London. [Este trabalho foi publicado inicialmente no Edinburgh Annual Register, Vol. 3, parte 2: foi grandemente aumentado ao ser publicado como livro]. 1821.

SOUTHEY, R., 1812. History of Lope de Aguirre. Edinburgh.

SPIX e MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820): excertos e ilustrações. São Paulo. Melhoramentos, 1968

SPRAGUE de Camp, L. & W. Ley. De la Atlántida a ElDorado. Barcelona, 1960.

STELLA, Roseli Santilla. O Domínio Espanhol no Brasil Durante a Monarquia dos Felipes (1580-1640). São Paulo, unibero/cenaUn, 2000.

TEIXEIRA, Pedro (1639). Relação do Rio Amazonas. In PORRO, António. As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993.

TEIXEIRA, Pedro. Relación del General de el río de Ias Amazonas para el Sr. Presidente. In CORTEZÃO, Jaime."O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos

documentos". In Anais do IV Congresso de História Nacional (21-28 de abril de 1949). Rio de Janeiro, IHGB, 1950, v. 3.

THOMAS, Georg. Política Indigenista dos Portugueses no Brasil (1500-1640). São Paulo, Edições Loyola, tradução de Jesús Hortal, SJ, 1982.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia: Natureza, Homem e Tempo. Rio de Janeiro. Conquista, 1960.

TOCANTINS, Leandro. O Rio Comanda a Vida. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 11.ª edição, 1983.

TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América. In: Os Clássicos da Política. Weffort, F. org. 3.ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

TODOROV, T. A conquista da América. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

TORRENTE, Ballester. G. Lope de Aguirre. Crónica dramática de Ia historia americana. Entre Jornadas. Ediciones Escorial, Madrid, 1941.

TORRENTE, Ballester. G. Lope de Aguirre, el peregrino. Biografia. Madrid, 1940.

TRUJILLO, D. de. Relación del descubrimiento del reino del Perú [Ed. Por Raul Porras Barrenechea] Sevilia, 1948.

UGARTE, Auxiliomar Silva. O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (século XVI e XVII). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História, na área de História Social. São Paulo, 2004.

URREIZTIETA, I. En torno a Lope de Aguirre. Boln amer. 37-40, 42-46, 1959-61.

USIAR Pietri, A. El camino de ElDorado. Buenos Aires, 1947

VAINFAS, Ronaldo (org) A América em Tempo de Conquista. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

VARGAS Ugarte, R. História general del Perú, 6 vols. Barcelona, 1966.

VÁSQUEZ, de Espinosa, A. Compendio y descripción de Ias Índias Occidentales [Ed. Por Charles Upsfln Clarke]. Smithson. misc. Collns 108. 1948.

VÁSQUEZ, F., 1881. Relación verdadera de todo lo que sucedía en la jornada de Amagua y Dorado que el Gobernador Pedro de Úrsua fue a descubrir... se tráta así mismo del alzamiento de don Hemando de Guzmán y Lope de Aguirre y otros tiranos. (Editado pelo Marquês de la Fuensanta del Valle]. Colección de Bibliófilos Espanoles, tomo XX. Madrid.

VÁSQUEZ, Francisco (1561). Relación de todo lo que sucedió en la jornada de Amagua y Dorado, que fue a descubrir el Gobernador Pedro de Úrsua, con poderes y comisiones que lê dio el Virrey Marquês de Canete Presidente de Peru. Tratase, asimismo del alzamiento de Don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre y otros tiranos. Madri: Alianza Editorial, 1987. Com introdução e notas de Javier Ortiz de la Tabla.

VÁSQUEZ, Francisco. El Dorado: Crónica de la expedición de Pedro de Ursua y Lope de Aguirre (Intr. y notas de Javier Ortiz de la Tabla]. Alianza Editorial [Libro de Bolsillo 1246], Madrid, 1987.

VÁSQUEZ, Francisco. Jornada de Omagua y Dorado. [Prólogo de Enrique de Gandía]. Colección Austral de Espasa-Calpe, Buenos Aires. [2.ª ed., 1945], 1944

VÁSQUEZ, Francisco. Jornada de Omagua y Dorado. Crónica de Lope de Aguirre. el peregrino. Miraguano Editores, Madrid, 1979.

VÁZQUEZ de Espinosa, A. Description of the West Indies [Ed. by Charles Upson Clarke]. Smithson. Misc. Collns 102. 1942.

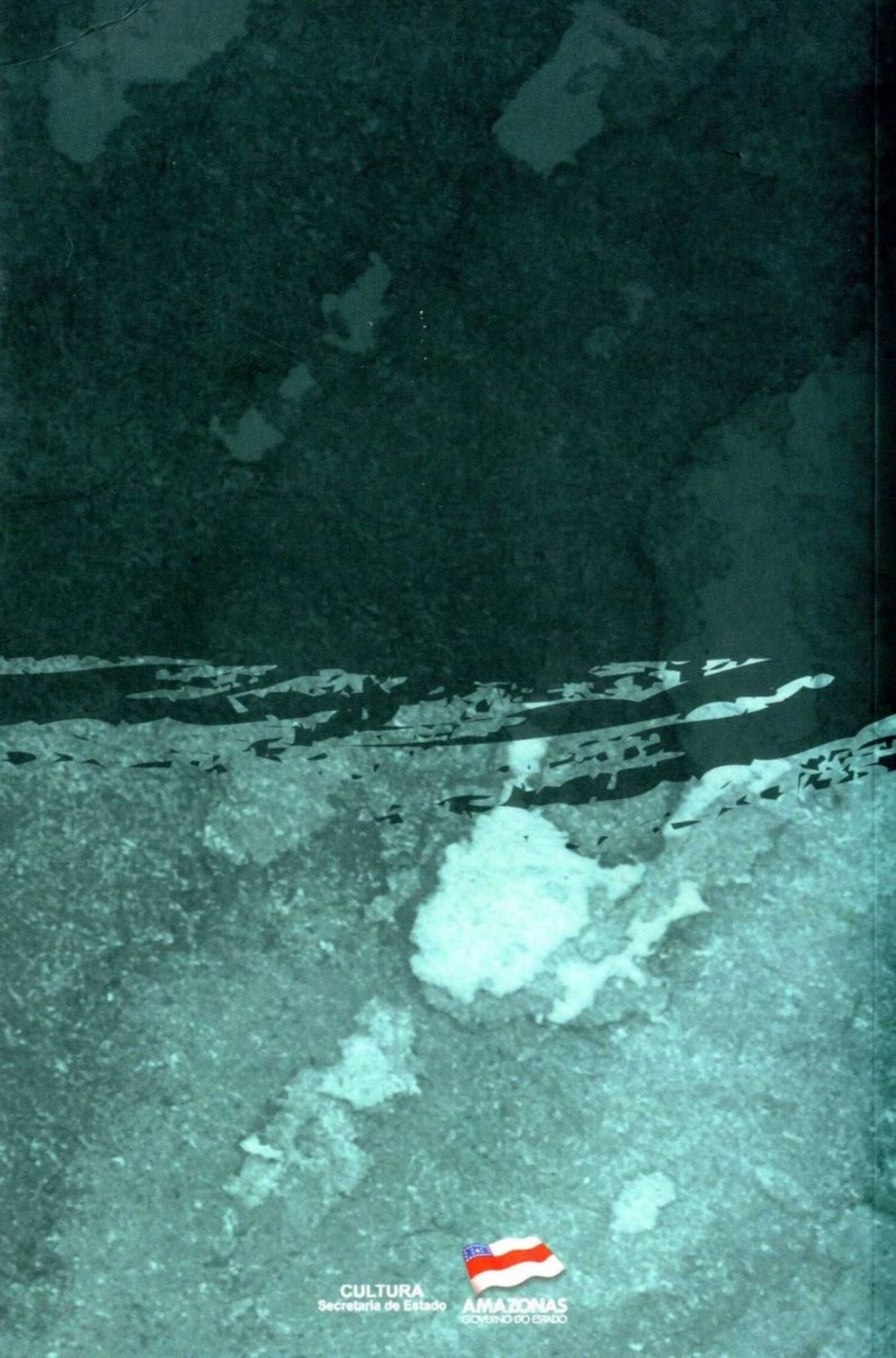
VERNHAGEN, F. A. História Geral do Brasil. 6.ª ed. Integral, com notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). São Paulo: Melhoramento, 1959.

VICENT, Bernard. 1492 – Descoberta ou Invasão. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ZAPATA, Gollán, A. Mito y superstición en la conquista de América. Buenos Aires, 1963.

ZÁRATE, A. de, 1946-1947. Historia del descubrimiento y conquista de la provinda del Perú, in Enrique de Vedia, ed., Historiadores primitivos de Indias. 2 vols. Madrid.

ZÚNIGA, G. de. Relación muy verdadera de todo lo sucedido en el rio Maranón en la província del Dorado. Colección de Documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía, del Archivo de Indias. Tomo IV, pp. 215-282, 1885.



CULTURA
Secretaria de Estado

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de
Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA